

DEPÓSITO LEI  
- 0. MAI 1961

# QUADRANTE



jornal  
da  
associação  
académica

da faculdade de direito — lisboa

## Unificação da Universidade

JORGE SANTOS

*Não pretende este artigo ser um estudo exaustivo das causas e inconvenientes da separação das Universidades de Lisboa, nem tampouco uma enumeração de sugestões concretas tendentes à desejada unificação.*

*Muito mais simplesmente, ele representa um esforço de ordenar, com alguma coerência lógica, uma série de considerações que uma experiência universitária, de certo modo rica, necessariamente aflorou no meu espírito.*

*Que o leitor veja nele, portanto, um mero testemunho de alguém que, por ofício e por amor à Universidade, sente vivamente o problema em questão.*

I

Universidade Técnica e Universidade Clássica: situação estranha e insólita, que quase rouba à etimologia da palavra o seu real significado; situação

8

ilógica, quando pensamos nas misteriosas razões que podem ter levado a englobar a Faculdade de Medicina na Universidade Clássica, deixando na Técnica um ramo da ciência médica só por se lhe chamar veterinária; situação injusta, que separa os estudantes universitários de Lisboa em dois compartimentos que se querem estanques, quase repulsivos; situação artificial, na medida em que não corresponde a uma infraestrutura realmente existente.

Na verdade, para que de verdadeira separação se pudesse falar, seria necessário que por parte dos elementos básicos da Universidade, isto é, Mestres e Alunos, existisse, verdadeiramente, um espírito separatista pronunciado e que se justificasse, já que, e abstraindo da hipótese da lei correctiva que traça e impõe o caminho a seguir e leva a vida a adequar-se aos seus comandos, pouco me interessa, para aceitar como existente uma situação qualquer, que haja um simples diploma a dizer-me que ela existe.

Ora sendo assim, creio poder afirmar que, em relação aos estudantes, a noção de separação não é acompanhada da ideia de necessidade da mesma separação.

Já não posso falar com tanta segurança do que pensa o Professorado; mas ainda aceitando, por hipótese, que ele defende o cisma, não me parece tal facto decisivo para uma argumentação contrária à minha, e isto por duas razões fundamentais: primeiro, porque estando o corpo docente em franca minoria na Universidade, e, o que é mais importante, porque esta existe fundamentalmente em função do corpo discente, penso ser duvidoso que os interesses dos Professores devam pesar tanto como os dos Alunos; depois, porque o facto de certos Professores (e certos alunos,

aliás) defenderem a situação actual se me afigura muito mais uma consequência da separação das Universidades do que uma sua causa justificativa, como adiante procurarei demonstrar.

Mas para lá de a situação existente não assentar numa consciência da sua necessidade, ela não deixa de causar sérios transtornos à vida universitária. São eles muitos e das mais variadas espécies, e sem pretender enumerá-los exaustivamente, permito-me apenas destacar dois que me ferem particularmente a atenção.

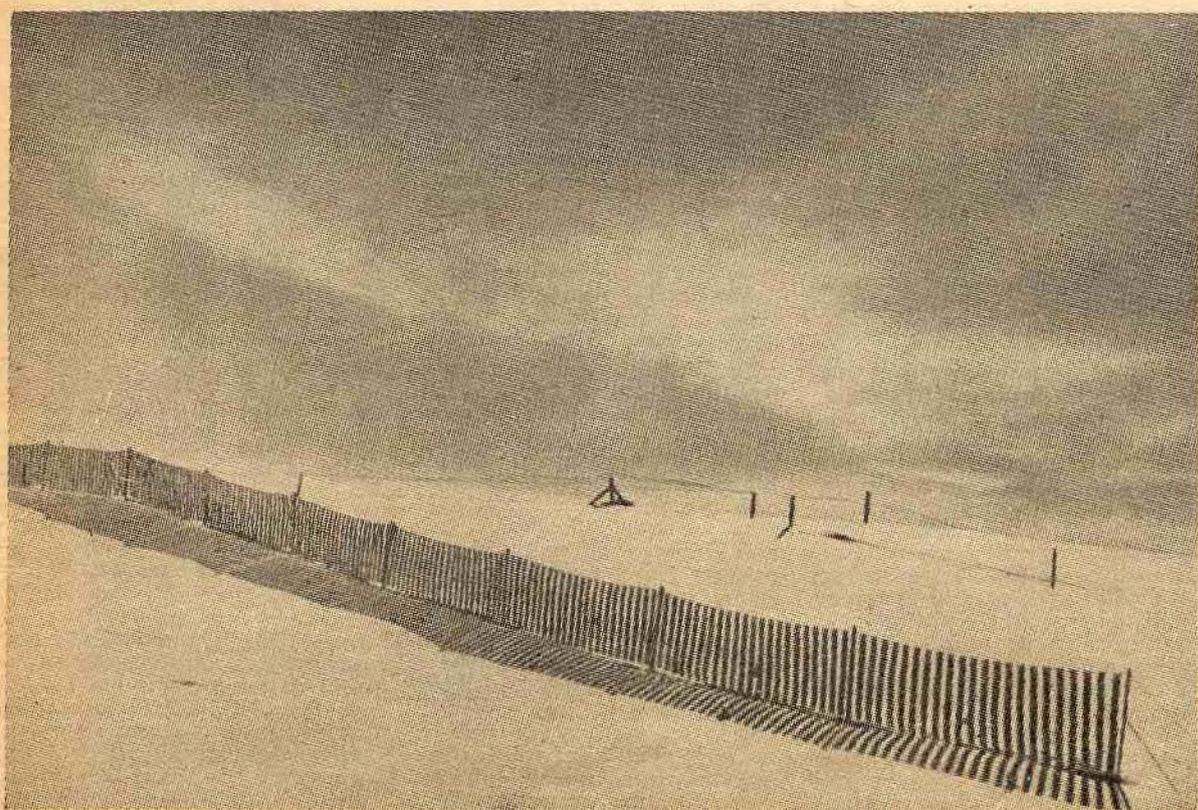
Põe-se um no plano das actividades circum-escolares dos universitários; coloca-se o outro na base da formação intelectual do estudante. Começemos por este.

Todos nós sabemos de um espírito muito difundido entre nós, segundo o qual os estudantes da Universidade Clássica consideram os seus colegas da Técnica como meros... «trabalhadores manuais», enquanto os desta julgam os daquela como... «académicos». Para lá das generalizações precipitadas que deste modo se fazem, temos que é fácil encontrar um aluno da Universidade Técnica que, interrogado sobre o que pensa, por exemplo, da missão do escritor, responda, sem hesitação, que isso lhe não diz respeito e que o interlocutor deve preferentemente formular a pergunta a um estudante de Letras ou Direito. Da mesma sorte, é usual toparmos com alunos de certas Escolas da Universidade Clássica que, com relação à lei da atracção universal, apenas são capazes de contar a história de Newton e da maçã. Eu próprio, além do enunciado da lei, pouco mais poderei dizer.

Que significa isto? Que quer a preparação cultural dos estudantes da Universidade Clássica

### NAS PÁGINAS CENTRAIS:

- A QUESTÃO DO CONVÍVIO
- OS EXAMES E O ENSINO NA NOSSA FACULDADE
- O CÊNICO EM LISBOA E EM COIMBRA
- A ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA



# A PROPÓSITO DE SAINT-JOHN PERSE

• Francisco Ferreira Gomes

«La poésie est l'expression par le langage humain ramené à son rythme essentiel du sens mystérieux des aspects de l'existence».

Mallarmé, em resposta a um inquérito de «Vogue», 1886.

1. Há tempos de conforto em que tudo se esquece, o mais essencial. Singular destino que pede as derrocadas, os evidentes perigos, os partos fundamentais, para estímulo de uma autêntica susceptibilidade. O perenemente urgente apaga-se diante da resolução do passageiro, do acidental. Citar o século dezanove positivista e convencido é lugar-comum e quase impiedade. Carlyle («Os heróis») avisava, entretanto: «muito tem feito a ciência por nós; mas pobre ciência será a que nos queira esconder a grande, profunda, sagrada, infinita Inciência». Isto continua a ser verdade e chama a atenção para as formas escondidas, para as sugestões afloradas levemente, para o outro mundo que está conosco.

O século vinte, herdeiro de uma comodidade fácil, de uma literatura vigente de distração ou de polémica social, veio apontar a necessidade do despertar para a realidade autêntica, o nó do problema. Data de então o revigoramento da poesia, a sua entrada na sociedade já oscilante, sacudida por uma, depois por outra guerra, por sucessivas dúvidas e reformas, pela mentalidade nova que tirava de um desejo angustiado de soluções o seu pão quotidiano. Tempo de debate, de desordem magnífica, de permanente instabilidade, julga fundamental a atenção aos poetas, únicos pontos de encontro, forjadores de mundos perfeitos e estanques.

Eis o Prémio Nobel a chamar Jimenez, Quasimodo, Saint-John Perse.

2. O cepticismo, provado na carne e no sangue de cada um, inaugura certa atitude contemporânea. Ceticismo de incidência nas grandes aventuras, maravilhosas na véspera, das ciências e das técnicas. A linha de pensamento discursivo, lógico, matemático, degenera em espantosa contradição no meio da barbárie impar dos vários nazismos à solta, produtos europeus e científicos. Ali estava Bohr e a estrutura do átomo, os Planck indubitavelmente inocentes, o próprio Einstein amante dos espaços planos e verdes da universidade de exílio, a máquina a vapor e os engenhos voantes, índices do poder do homem com base em números e espírito realista. Podia ver-se, em Auschwitz, o resumo, catalogado, do brilhantismo europeu no manejo dos utensílios e na invenção dos processos.

Mesmo a filosofia, mastigando circuitos pacientemente deduzidos, estranha, quantas vezes, às premissas do homem vivo, se mostrava cúmplice: «ils transportent tous les débats dans un monde si pur, dans un ciel si lavé que nul d'entre eux ne risque de s'y salir les mains. Et ils nomment cette hygiène Philosophie» (Paul Nizam, «Les chiens de garde»).

Ceticismo, portanto, que devia conduzir à aceitação do gratuito, do inocente no último sentido, do

inútil em termos de eficácia ou de poder concreto. Face à frustração da antiga esperança, a poesia aparece como verdade persistente e desprezada.

A descoberta é simultânea de viragem fundamental no romance e no teatro, que se tornam, por essência, problemáticos, tocando, mais a fundo, a condição do homem, posta em desequilíbrio num mundo desordenado, confuso, sem barreiras metafísicas, políticas ou simplesmente sociais definidas, em movimento constante e acelerado. Passou o tempo dos malabarismos de psicologia, das lentas análises, das descrições desinteressadas. O homem, agora, é a sua própria obra como, decerto em desabafo saturado, confessou certo escritor muito típico do século. A paixão vive-se e experimenta-se, não se conta aos outros. «L'art consiste à aller jusqu'au bout» (Henri Miller — *Tropique de Cancer*), e está nesta sede de consumpção o sinal da entrega a uma aventura inquietante que quer procurar novos alibis para o homem presente e atônito.

Explica-se, com base na finalidade última da obra literária, o estilo imprevisível, nervoso, romântico num certo sentido e aparentemente obscuro dos escritores contemporâneos. Tocam a realidade substancial ou pretendem fazê-lo, apostam toda a problemática humana, recusam o imobilismo num tempo dinâmico por definição, destroem o equilíbrio condenado a ser formal e, portanto, artificioso, vão buscar «o deus no segredo do templo» e esse esforço há-de traduzir-se num discurso fluído, hesitante, fatalmente pouco penetrável. O que é, aliás, uma lei geral («obscur se fait nécessairement celui qui ressent très profondément les choses e qui se sent en réunion intime avec les choses mêmes. Car la clarté cesse à quelques coudées de la surface», Paul Valéry, *Mauvaises Pensées*) condensa-se, mais insistentemente, nos autores modernos, por consequente imposição daquela drenagem do campo aberto à pesquisa e da dificuldade da nova tarefa que se propuseram levar a termo. E condensa-se, mais nitidamente ainda, na poesia dos nossos dias, se não na autêntica poesia de todos os tempos, matéria especialíssima e ordenada a uma verdade secreta e inaudível. Porque aí o traço distintivo da poesia: vontade de intimidade com as verdadeiras estruturas, os recessos mais obscuros, as últimas origens. Neste sentido apenas e, por isso, parcialmente, se pode admitir uma ideia de Julien Benda (*La France byzantine*), explicativa do fenómeno literário a partir de valores estritamente estéticos ou verbais: «la valeur de la littérature réside exclusivement dans l'expression verbale hors de tout souci de sa conformité au réel».

\* Certo, bem percebido, para um poema que se quer somente palavra ritmada, sugestão, sinal evocador: «Le vers qui de plusieurs vocables refait un mot total, neuf étrange à la langue et comme incantatoire», (Mallarmé). Logo, procura do indezessável, do ignoto, do concretamente inexistente, a poesia constrói-se em oposição à linguagem que, entretanto, lhe é indispensável como elemento, ainda assim, comunicativo. O bom senso, estra-

nho conceito, nada condiciona e nem se espere isso da física moderna que afirma o espaço curvo: ambos, porém, o poema e a conclusão científica, se desenvolvem em sistemas eminentemente coerentes. Vem a propósito *Le Potomak* de Jean Cocteau:

«Si tu rencontres une phrase qui t'énerve, je l'ai mise là, non comme un récif pour que tu Chavires, mais Afin Comme une bouée, que tu y constates mon parcours.»

Também um pequeno lanço do manifesto do simbolismo (1886, Jean Moréas) que serve para outro salto: os objectos da poesia, imagens, temas, sentimentos, não são senão «Les apparences sensibles destinées à représenter leurs affinités ésotériques avec les idées primordiales». As palavras têm o seu sentido oculto, o verdadeiro, seleccionam ideias primordiais onde acolhem a sua essência. Universo vago, cujas fronteiras tocam as da música ou as da oração (Maritain), é o que se encontra em Rimbaud, nos surrealistas, na prosa de Cocteau, de Giraudoux, de Gracq.

Aparece evidente o parentesco ou, ao menos, o traço de semelhança, entre a poesia e a religião. Ambas advogam a existência de um mundo à parte, ambas se fundam numa crença. O poeta acredita na verdade que disse secreta, inaudível. Joga as palavras para a sugerir, para a tocar na sua imaterialidade, para a transmitir em esforço sempre condenado.

Dito isto, apontar Baudelaire, Rimbaud, Mallarmé, mesmo Lautréamont, como fundadores da poesia moderna, não satisfaz. Cite-se Auguste Viatte em *Les Sources occultes du romantisme* para tentar descobrir o local exacto. A origem teosófica da moderna poesia, remontando ao séc. XVIII alemão e, por aí, à Cabala, aos alquimistas, aos Rosa-Cruz, à tradição judaica deve olhar-se seriamente. Novalis, Kleist, Schlegel, Hoffmann — os veículos desse esoterismo com repercussões em todos os movimentos românticos nacionais. O mundo visível é imagem de um outro secreto e autêntico e cumpre ao iniciado encontrar as correspondências simbólicas. O Poeta é o depurador exemplar, vivendo a ascese de uma procurada comunicação com o ignoto, o místico universal. A palavra — significação, ritmo, poder imagético — atinge a mais alta virtualidade, que lhe vem de dentro.

Paul Valéry (prefácio a *Connaissance de la déesse* de L. Fabre): «Isoler définitivement la poésie de toute autre essence qu'elle-même». Também Picasso pinta a pomba, a guitarra castelhana, pondo aí nada mais que pomba e guitarra, a última estrutura. E Morandi isola uma chávena, um jarro, vários copos, em fundo cinzento, para dar apenas jarro e copo e chávena em sólido significativa.

Esoterismo que se não exige consciente mas que existe para além de contingentes interpretações (para-sociais, para-políticas, para-esteticistas, etc.) no fundo da obra-prima, conferindo-lhe o verdadeiro valor, o acento místico definitivo. Ainda Mallarmé, em carta a Viélé-

-Griffin, diz a necessidade de «établir les identités secrètes par un deux à deux qui ronge les objets au nom d'une éternelle pureté».

3. Apreciar a obra de um poeta, trabalho decerto crítico, exige uma espécie de humildade, de submissão. Há que escolher uma atitude de completa disponibilidade, espírito aberto e despreconcebido, vontade de adesão, nula desconfiança. Deve procurar-se a participação na gênese da obra, co-nascendo a seu lado, recriando-a em amor maternal. Trata-se, portanto, de conduta existencial, *melangée*, pouco nítida, friável. Dar tudo para tudo colher em completa comunhão. Assim se penetra o mistério fundamental da obra, que quase tudo explica. Uma segunda atitude, para além desfa intuição global, será a de provocar sucessivas *démarches* críticas para, depois, se atingir a síntese final que atende e escalona todos os elementos, seriando o essencial e o acessório e a medida em que concorrem para o sentido que se achou.

As três operações apontadas supõem estudo continuado e uma quase profissionalização do trabalho, alcançáveis em estágio adiantado de estruturação cultural. Também não parece, por outro lado, caber no âmbito do artigo, uma análise tão perfeita e, fatalmente, demorada. Por isso se adapta aquela primeira disposição de espírito que alguém já traduziu, em referência a género de crítica impressionista de Jules Lamaitre, falando da «reacção de uma sensibilidade num artigo de jornal».

Não se deve, portanto, procurar uma explicação da poesia de Saint-John Perse (desejo, em todo o caso, fortemente controvertível) nem sequer catálogo de seus temas essenciais — apenas uma tentativa de transmissão do que nela se encontrou de exactamente irredutível, do que constitui, porventura, o foco do seu estro, o sol do seu sistema. As citações, na medida em que espelham esse desejo de dar o verbo a quem o trabalhou mais árdua e definitivamente, são consequência da falada humildade e desta vontade solidária de doação.

4. A obra de arte é tentativa de recriação do universo. Na poesia, que já se mostrou definir-se em autêntica aventura do conhecimento, para lá das contingências sensíveis, isto é duas vezes certo e o poeta «ne mèprise aucun mouvement de la nature, et son esprit poursuit la découverte aussi bien dans les systèmes les plus vastes et les plus insaisissables: foudres, nébuleuses, océans, nations, que dans les faits les plus simples: une main qui fouille une poche, une allumette qui s'allume par le frottement, des cris d'animaux, l'odeur des jardins après la pluie, une flamme qui naît dans le foyer» (Apollinaire, *L'esprit nouveau*).

Introduzir Saint-John Perse através de prosa apologética pode parecer inadequado aos que pensam o último prémio Nobel, individualidade estranha a partidos e a escolas. Mas o que ficou dito vale assim mesmo e encontra reflexo perfeito na vastidão cósmica da obra de Perse. Universalidade que, inclusive, se socorre, como elemento adjuvante, da palavra, fenómeno gramatical, da frase, do sentido, antes de sugerir, mercê de uma in-

terpretação posterior, o âmago do objectivo, a intenção reservada. Difícil temática, portanto, que não permite marginalidades críticas, pequenas abordagens habilidosas, jogos interessantes de biografia ou de anedota. Eis, talvez, o estado puro, decantado, do material poético — a abstracção envolvente, por o ser, de todos os mundos, de todas as viagens, continente de toda a ciência. Não admira, visto isso, que um género de crítica presa ao contingente, ao social condicionador de origem e, o erro está aqui, de finalidade, ignore, por incapacidade congénita, Saint-John Perse e o seu papel no concerto das literaturas (cfr., por exemplo, Bertrand d'As-torres, *Aspects de la littérature européenne depuis 1945*). É que os pequenos voos circunscritos (diria *terrenos* em certo sentido) não alcançam o que se apontou atrás, a nave mais central do tempo, o deus onde existe quase exilado, em retiro. Por hábito, agarram o exterior, o pretexto e, daí, nem partem para outras terras porque lhes sobra a satisfação (género de análise muito corrente a propósito de certas obras cinematográficas: recorde-se como alguns examinaram o Bresson de *Un condamné à mort s'est échappé*). A tragédia é maior quando o novelo não oferece ponta desembaraçada, denso como é, maço. A demissão ou um desprezo de tipo conhecido (melancólico, subtilmente indignado), desistência ainda, são coerentes e esperados.

Já se vê o que se indica no escritor francês — essa intensa participação no nascimento e periplo das coisas, esse sentido *mágico* da existência, essa visão total do mundo, essa cosmicidade afastada, contemplativa. Tudo, como se disse, atingido por meio de um estilo intensamente económico, filtrado, elíptico. Por meio de constante recusa a referências temporais ou espaciais. O sincretismo que é consequente deste processo, a amálgama admiravelmente confusa, cinética, que se desprende de cada verso é, sentimo-lo, campo ideal para sugestão do *sagrado*, definitiva construção, dogma indiscutível (Jules Monnerot, *La poésie moderne et le Sacré*: «cette période mythique où poésie, science, divination, philosophie, religion, organisation sociale n'étaient pas irrémédiablement distinctes»). O próprio poeta o descobre, lucidamente: «De l'Asie, et surtout de l'Asie Centrale, *extraplanétaire* et *extratemporelle*, je pourrais vous dire, comme un pédant, qu'elle a flotté en moi une mesure élargie de l'espace et du temps...» (carta a Archibald Mac Leish); «mon œuvre, tout entière de *re-creation*, a toujours évolué hors du lieu et du temps: aussi attentive et mémorable qu'elle soit pour moi dans ses incarnations, elle entend échapper à toute référence historique aussi bien que géographique; aussi vécue qu'elle soit pour moi contre l'abstraction, elle entend échapper à toute incidence personnelle. A cet égard la deuxième partie de mon œuvre publiée ne tend pas moins que la première aux transpositions, stylisations et créations du plan *absolu* (Et c'est précisément cela que j'eusse souhaité voir reconnaître, si tant est qu'il y eût jamais rien à faire reconnaître)» (carta a Roger Caillois). Da mesma maneira se deve entender o pseudónimo escolhido, mais desejo de anonimato do que fútil vontade de significação ou de cobertura para completa liberdade na carreira diplomática.

Tudo, aliás, (contentem-se os eternos utilitaristas...), com a intuição de um mundo grave e de altitude, com a presença ansiada de uma civilização ideal:

*Alors, les hommes avaient une bouche plus grave, les femmes [avaient des bras plus lents;*

*alors, de se nourrir comme nous de [racines, de grandes bêtes taciturnes s'ennoblissent;] saient; et plus longues sur plus d'ombre se [levaient les paupières*

(*Pour fêter une Enfance*, I)

A partida para esta lenta e equilibrada visão, entretanto, desentranha-se de uma inicial atitude de amor ao vivente, ao circundante tal como é, às criaturas e às coisas. O tema do elogio, da ininterrupta aclamação, da lucidez de um destino condenado e, a partir daqui, ilegítimo para a revolta de negação, está presente em cada obra de Perse.

*C'est là le irain du monde et je n'ai que du bien à en dire.*

(*Anabase*, IV)

*...et la merveille est annoncée par se cri: o merveille!*

(*Exil*, V)

*...choses vivantes, ô choses excellentes!...*

(*Anabase*, X)

*Appelant toute chose, je récitai qu'elle était grande, appelant toute bête, qu'elle était belle et bonne.*

(*Pour fêter une enfance*, II)

A passagem para aquele presságio é feita através da consciência aguda da contingência do ser, da constatação, por vezes desesperada, da brevidade da carne e das coisas, do fatal envelhecimento de toda a espécie:

*Nos livres lus, nos songes clos, n'était-ce que cela? Où donc la chance, où donc l'issue? Où vint la chose à nous manquer, et le seuil quel est-il, que nous n'avons foulé?*

*Noblesse, vous mentiez; naissance, trahissiez! O rive, gersaut d'or sur nos jardins brûlés!... Le vent soulève aux Parcs de chasse la plume morte d'un grand nom.*

*La rose un soir fut sans arôme...»*

*Qu'est-ce là, oh!, qu'est-ce, en toute chose, qui soudain fait défaut?*

(*Exil*, V)

Mera atitude de processo, como se viu, nunca chega para cercear a adesão fundamental ao mundo, nem sequer para legitimar um acento mais melancólico, uma continuada tradição de transigente amolecimento. A um tipo de lamentação que é sempre aberrante, que deve ser sempre profundamente *anormal*, opõe o poeta um culto geométrico da linha sem hesitações, da *conduita militar*, ordenada. O totalitarismo idealista, individual na gênese, imposto, é sinal do *chefe*, supremo personagem, homem verdadeiramente *singular*. O elogio do esquematizador, do homem *de ordem*, de frio cálculo, leva, por último, à anulação de qualquer veicidade menos eficaz. O poeta, eterno fazedor de escrupulos, de discórdias, o melancólico exemplar, é conduzido a tribunal de rigor extremo:

*Mais si un homme tient pour agréable sa tristesse, qu'on le produise dans le jour! et mon avis est qu'on le tue, sinon il y aura une sédition.*

(*Anabase*, III)

*Et si un homme, auprès de nous vient à manquer à son visage de vivant, qu'on lui tienne de force la face dans le vent!*

*Les dieux qui marchent dans le vent ne lèvent pas en vain le fouet.*

(*Vents*, I, 6)

Intolerância feroz, violência inabarcada, posse completa da vida e de seus frutos:

*Si vivre est tel, qu'on n'en médisse! (Le beau recours!...)*

(*Vents*, IV, I)

*Nous avançons mieux nos affaires par la violence et par l'intolérance...*

*L'intempérance est notre règle, l'acrimonie du sang notre bien-être.*

(*Vents*, I, 6)

*Nous produisimes aux frontières des accidents extraordinaires, et nous portant dans nos actions à la limite de nos forces, notre joie parmi vous fut une très grande joie.*

(*Anabase*, VI)



Saint-John Perse em «Long Beach Island»

O acento épico que se revela com evidência e que deve pôr-se em relação com aquela altitude de contemplação já denunciada, demonstra-se, agora, a partir de outros argumentos, pela intensa objectividade, digamos, *explicativa*, quase *didáctica*, do verso de S. J. Perse. O lirismo, paragem contemplativa e, em seguida, expansão de afectividade, nada compreende; isto, mediação por interposição de objectos exteriores ao poeta, cabe ao épico, temperamento mais *secundário* e intelectual. Veja-se aí, como nota Alain Bosquet, (*Saint John Perse, Pierre Seghers*) ainda um sinal de amplexo do estrutural, do *sagrado*. O tom conseguido, de mistura com o esoterismo inalienável de muitos textos — tudo convergente para a *ideia pura* que se basta e se limita — constrói o regresso a civilizações sincréticas, à China, ao Tibete, a Bizâncio, ao Egipto, a Babilónia. O *Livro dos Mortos* e o *Livro das Cerimónias* do imperador Constantino, no que têm, um, de obscura sabedoria, de *sagrado ritual*, outro, de preocupação de rigorosa hierarquia e de simbólico formalismo, parecem ser duas importantes fontes da poesia de S. J. Perse. Também a *Bíblia*, Xenofonte, Píndaro. Nos modernos, Paul Claudel e Francis Jammes, de passagem. A admiração, confessada, por Tácito, Perse e Racine, explica a Archibald Mac Leish: «Plus le poète s'interne dans le domaine du mystère, par analogie ou par associations d'idées, plus il aura belles langages. De là l'amour de Léger pour Tacite, Perse, Racine.»

soin du plus simple, du plus pur Note-se, na lista, o predomínio das grandes sínteses de acento místico e esotérico e dos temperamentos de equilíbrio, contrários a qualquer emotividade desbragada.

A discursividade lenta e solene do poeta é instrumento, quem sabe se consequência, ideal para a pretensão enciclopédica que se notou. Enciclopédismo — «Enlèvement de clôtures, de bornes!... O monde entier de choses!» — que se manifesta também, para lá de constante catalogação ou inventário (cfr. o espantoso Capítulo V de *Exil*), em dinamismo acelerado, estelar. Neste sector, tem-se insistido em trazer Lawrence, Malraux e mesmo Júlio Verne, para o diálogo e a comparação. Certamente que nada de estruturalmente comum existe mas é verdade que em todos se nota — leiam-se «les Sept Piliers de la Sa-

gesse», «Les Voix du Silence» e, por exemplo, essa interessantíssima reconstrução de um mundo que é «A ilha misteriosa» — o mesmo decidido passo para uma visão global da opulência do mundo. Passo que repousa em dados igualmente reais e provados (revolta árabe, sucessão espacial e temporal da obra de arte, minuciosa bagagem científica e geográfica e, em S. J. Perse, constante apoio do real que, apenas, como se exige, sai transfigurado), contra o que muitos, a propósito de Léger, se têm proposto demonstrar (cfr. Maurice Sallet, *Saint John Perse, poète de gloire*). Este, entretanto, concede a retratação quando confessa imprudentemente: «Le sens poétique est une oscillation perpétuelle entre le «savoir» et la «défense de savoir» — et la connaissance poétique n'est proprement possible qu'à partir de l'oubli du savoir». Exactamente entre os dois polos se coloca, em tensão, a poesia de S. J. Perse, apoiada, sim, no real, mas partindo, dele, para o esquecimento de nova aventura. Excursão cujo perigo parece inútil transmitir, cuja alta significação, possível apenas no equívoco e na dúvida («L'ambiguïté est le problème du poète, mais c'est aussi sa solution», M. Gabriel Bounoure, *Saint John Perse et l'ambiguïté poétique*), não carece de expresso elogio nem de outra recomendação que se não traduza numa vontade de sondagem, livre e inocente, do universo errante do poeta, infatigável percursor: *et la terre en ses graines ailées, comme un poète en ses propos, voyage...*

(*Anabase*, V)

#### FICHA BIO-BIBLIOGRÁFICA DE SAINT-JOHN PERSE

- 1887 — Nascimento de Marie-René-Auguste-Alexis Léger, em Saint-Léger-les-Feuilles.
- 1899 — Alexis Léger e os seus deixam as Antilhas e retiram-se para Pau. Encontro com Francis Jammes.
- 1905 — Encontro com Paul Claudel.
- 1906 — Encontro em Bordéus com Jacques Rivière.
- 1908 — «Des villes sur trois modes»
- 1909 — «Images à Crusoe».
- 1910 — «Pour fêter une enfance», «Récitation à l'éloge d'une reine».
- 1911 — «Éloges». Encontro com Valéry Larbaud.
- 1916 — 21 — Segundo secretário de legação em Pequim.
- 1921 — Delegado francês à Conferência de Washington, sobre limitação dos armamentos. Léger escolhe o pseudónimo de Saint-John Perse.
- 1924 — «Amitié du Prince».
- 1925 — «Anabase». Léger é nomeado chefe de gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros. Convivência com Aristide Briand.
- 1933 — Secretário Geral dos Negócios Estrangeiros.
- 1940 — Paul Reynaud demite Alexis Léger do seu cargo. Partida para os Estados Unidos. O governo de Vichy retira-lhe a nacionalidade francesa e confisca-lhe os bens. A Gestapo revista-lhe a casa, em Paris. Encontro com Archibald Mac Leish.
- 1941 — «Exil».
- 1942 — «Poème à l'Étrangère».
- 1943 — «Pluies».
- 1944 — «Neiges».
- 1945 — «Vents».
- 1957 — «Amers».
- 1959 — «Chronique».
- 1960 — Prémio Nobel.

# CAMARADA JA FEZ HOJE O SEU CONVIVIO?

Convivium... Poderoso revitaliza-  
dor à base de sexualina  
Chorem meninas, chorem pelo  
convivio!

## CONVIVA ONDE QUER QUE VIVA

Camarada vá à... convivência

Camarada quer conviver? coma  
amendoim!

Inscreva-se no 1.º campo de convi-  
vio a realizar nas Caldas da  
Rainha



## COMUNICADO:

**O Conselho Feminino da A. A. C.,  
fazendo eco da opinião de todas as  
Universitárias, manifesta a mais viva  
indignação contra os panfletos cobar-  
demente anónimos com que tão vil-  
mente se caluniou a Academia.**

**A nossa atitude como mulheres  
conscientes e sobretudo como universi-  
tárias só pode ser uma: pugnar para  
que de futuro nos dediquemos mais à  
vida da Associação e nos libertemos  
para sempre da timidez e marasmo a  
que nos temos votado.**

O CONSELHO FEMININO

## A QUESTÃO DO CONVÍVIO

No fim de semana de 4-5 de Fe-  
vereiro, as Associações Académicas  
de Lisboa e Coimbra levaram a  
efeito nesta última cidade um en-  
contro de convívio entre estudantes  
das três universidades portuguesas,  
cuja importância não pode passar  
despercebida a todo aquele que  
conheça de perto o panorama em  
que se processa a vida associativa  
académica. As A. A. vêm nos últi-  
mos tempos lutando por uma união  
que represente os interesses dos es-  
tudentes à escala nacional, e nesta  
linha de acção a iniciativa de Coim-  
bra surgia como importantíssimo  
passo para uma camaradagem e  
compreensão mútua que, permitin-  
do o livre confronto de opiniões  
sobre o panorama do convívio aca-  
démico, ao mesmo tempo fornecesse  
o substracto vivo de aproximação  
necessário a uma actuação eficiente  
no sentido da união. Desdobrado  
por colóquios, jantaras, festas e  
ceias em repúblicas, o encontro  
conheceu um êxito profundo e pro-  
metedor.

Por isso mesmo, em breve lhe  
surgiram ataques difundidos atra-  
vés dos meios mais cobardes e  
repugnantes. Folhetos anónimos  
propagando obscenidades (!), bo-  
atos, comunicações feitas no Porto  
em Assembleia Geral da Associação  
de Farmácia — existe todo um pro-  
cesso de calúnias a taxar de imoral  
e depravada a realização de Coim-  
bra. As acusações, por grotescas,  
eram graves no meio em que vive-  
mos e, por isso, foram vigorosamen-  
te repelidas pela massa dos estu-  
dantes. Em Coimbra, é já hoje his-  
tória a Assembleia Magna de 1 de  
Março, encarregada de descobrir a  
fonte das insinuações clandestinas e  
que, depois de toda uma noite de  
discussão, chegava a alguns resul-  
tados esclarecedores e repudiava,  
por uma esmagadora maioria de  
votantes, as mentiras propaladas.  
Tendo incidido sobre as universitá-  
rias a principal acusação de con-  
duta indecorosa, já antes o Conse-  
lho Feminino da A. Académica  
havia difundido um comunicado,  
breve mas firme e conciso, em que  
fixava a sua posição, como repre-  
sentante das estudantes de Coim-  
bra (!).

\* \* \*

Mas a campanha não estava des-  
tinada a ficar por aqui. Coube a  
vez à Imprensa. E, lançado o repto  
pelo jornal «A Voz» de 17 de Mar-  
ço, o tema do encontro de Coimbra  
é de novo glosado, com gostosa  
imaginação, desta vez a propósito  
do «Dia do Estudante». Vai-se um  
pouco mais longe, na procura da  
dimensão-limite que é uso atingi-  
rem os ataques às Associações Aca-  
démicas. O encontro de 4-5 de Fe-  
vereiro não foi apenas imoral. Sen-  
do «coexistência e convívio duas  
palavras muito em voga do dicio-  
nário comunista», à sua organiza-  
ção presidiu o objectivo de subver-  
ter a juventude para fins mais ou  
menos políticos. Mas saboremos a  
prosa do articulista da primeira pá-  
gina de «A Voz»:

«Coexistência e convívio são duas  
palavras muito em voga do dicio-  
nário comunista e que significam a  
mesma coisa, com a diferença de  
que a primeira diz respeito às rela-  
ções internacionais e a segunda à  
penetração entre a juventude uni-  
versitária, no sentido de subvertê-la  
e aliciá-la aos seus ideais.

Convívio de universitários e...  
universitárias constituiria um belo  
tema, mais até, uma bela iniciativa,  
se os objectivos se limitassem a um  
intercâmbio. O pior é se se pretende  
dissimular, sob a capa de convívio  
intelectual, objectivos inconfessá-  
veis...

No mês passado, em Coimbra,  
reuniram-se algumas dezenas de  
universitários e universitárias com o  
propósito de estabelecer o tal *con-  
vívio*.

Tema: a «emancipação» das uni-  
versitárias, que vivem nos lares  
católicos em ambiente de «auténtica  
escravidão»...

Esse mesmo tema tem sido glo-  
sado em folhetos insultuosos distri-  
buídos pelos lares universitários de  
Lisboa:

As raparigas vivem fechadas —  
«escravizadas» — nesses lares e por  
isso deveriam sair mais, «conviver»  
com os seus camaradas de universi-  
dade... Nessa reunião de Coimbra,  
para onde convergiram raparigas  
das duas outras universidades, gra-  
ças à modicidade e até gratuidade  
dos transportes e às *facilidade de  
alojamento*, nessa reunião de Coim-  
bra, dizíamos, o tal «convívio» das  
visitantes com os habitantes das  
*repúblicas* durou até altas horas da  
madrugada, se não até altas horas  
da manhã...

Ontem coube a vez a Lisboa:  
houve uma reunião no Instituto  
Superior Técnico, dentro do mesmo  
espírito de «convívio».

Não foi anunciada, que saibamos,  
mas era livre a entrada. Nós não  
assistimos porque não soubemos,  
como não soubemos ao certo o que  
se passou.

Confiados, porém, em informação  
de pessoa idónea e responsável,  
permitimo-nos lançar o alarme e  
perguntar: Quem organizou a reu-  
nião? Quem a autorizou? Quem  
tomou parte nela? Que assuntos se  
versaram? Cumpre-nos dar o alar-  
me!

Pais e mães de universitárias,  
alerta!

Educadoras ou encarregadas de  
educação, alerta!

Srs. Ministros da Educação e de  
Ultramar, alerta!

Do Ultramar, porquê? Porque  
uma grande parte da população dos  
lares universitários é das províncias  
ultramarinas. E a ofensiva de *liber-  
tação* diz-lhes principalmente res-  
peito...

Repetimos: impõe-se localizar e  
extirpar as ramificações deste can-  
cro de imoralidade que, sob a capa  
de «convívio», ameaça subverter a  
saúde moral das nossas universitá-  
rias.

Não teve fundamento o nosso  
alarme?

— Tanto melhor.

Havia razões para ele?

— Tomem-se providências ené-  
gicas!»

\* \* \*

A reacção a tão lastimoso artigo  
não se fez esperar. Dum lado, «a  
Direcção da A. Académica de Coim-  
bra enviou uma série de telegramas  
a várias entidades, como os Srs. Mi-  
nistros do Ultramar, do Interior, da  
Presidência, da Educação Nacional,  
o Sr. Presidente do Conselho, Sua  
Eminência o Cardeal Patriarca de  
Lisboa, o Sr. Reitor da Universi-  
dade de Coimbra, o Sr. Governador  
Civil de Coimbra e o Director do

(Continua na pág. seguinte)

jornal em causa, protestando contra a referida atitude» (2).

Por outro lado, os dirigentes das várias A. A. do país enviaram ao jornal «A Voz», reclamando a sua publicação ao abrigo da Lei da Imprensa, uma carta em que se desmentiam as torpes afirmações do jornal.

Em lugar da publicação devida, «A Voz» entendeu preferível produzir novo artigo de 1.ª página, pelo menos tão tristemente saboroso como o anterior. Vale a pena transcrever-lhe os melhores pedaços:

«A nota que publicámos, sob o título «Motivo de Alarame», parece que irritou a cútis delicada de meia dúzia de jovens.

Entre as mensagens que recebemos, algumas de aplauso veemente e caloroso (1) (2), vamos hoje dar nota do telegrama seguinte, da direcção da Associação Académica de Coimbra (repare-se no português):

Coimbra, dia 18, às 13,11 — *Vimos protestar enérgicamente (sic) contra repugnante e insultuoso artigo publicado dia 17 extremamente ofensivos (sic) dignidade prestigiosa Academia Coimbra exigimos pronta e total retratação em nome Academia indignada pedimos publicação deste telegrama próximo número e reservamo-nos direito fazermos dele o uso entendermos inclusivamente criminal. Saudações académicas — Direcção Associação Académica Coimbra.*

Ainda permanece em nosso espírito a dúvida de que o telegrama transcrito seja da entidade em nome de quem é assinado! Parece que, pelo menos, será exigida gramática para a admissão em escolas superiores! Gramática, pelo menos... Hesitámos, por isso mesmo, em dar publicidade a essa mensagem. Na dúvida, porém, aí fica» (sic).

«Também recebemos uma carta com quatro folhas dactilografadas a dois espaços, contendo onze assinaturas. O papel não tem qualquer timbre e nada abona as assinaturas. O texto, por seu turno, é de uma pobreza tal que nos força a manter sérias dúvidas sobre a veracidade das assinaturas, ou que se trate sequer de universitários. Por isso, na dúvida, a não publicamos, até confirmação da sua autenticidade» (sic).

(Lembremos que a carta era subscrita pelas direcções das Associações de Estudantes portuguesas. Só recentemente, depois de diligências ulteriores, «A Voz» se sentiu compelida a respeitar o direito de resposta das A. Académicas insultadas).

Dá em seguida «A Voz» conhecimento aos seus leitores de locais entretanto vindas a lume em outros órgãos de imprensa seus congéneres. E, assim, tomamos conhecimento de que, enquanto «A Voz do Pastor, semanário diocesano do Porto», sob o título de «A Moral Nova contra a Moral Anacrónica? esboço de movimento suspeito entre estudantes», faz, entre outras manifestações de uma imaginação prolixa, notável comparação entre o colóquio de Coimbra e os debates da O. N. U. (verdade seja que fazendo a justiça de reconhecer que, em Coimbra, se continuou usando os «sapatos calçados»), o seu «prezado colega Novidades publicou ontem a seguinte solta (4), que gostosamente reproduzimos e a que inteiramente nos associamos:

«Cautela com os convívios!

Tem-se adoptado lá fora e já chegou à nossa terra o processo dos «convívios», principalmente entre rapazes e raparigas das Universidades.

A palavra «convívio» pode ter um sentido admirável, como tem na própria liturgia católica.

Ultimamente, porém, foi o comunismo que procurou torná-la sua, para fins mais ou menos suspeitos ou abertamente revolucionários.

Sabe-se como a Rússia vermelha se tem empenhado na organização e educação das juventudes de todos os países em que tem conseguido infiltrar-se. Todos os anos anuncia um programa de que fazem parte congressos internacionais, reuniões regionais, encontros e colóquios, viagens de estudo e de recreio, sessões de propaganda — e convívios.

Os convívios são para tudo, para troca de impressões sobre teatro, arte e literatura, e até para ataques astuciosos ou descarados à «moral retrógrada», etc.

Parece haver em tudo isto o que o Prof. Adriano Moreira chamou a «provação à transigência», há dias oficializada contra Portugal no pretório da O. N. U.

É caso para gritar: Cautela com os convívios!

Com os convívios realizados entre os estudantes e com os convívios literários em páginas de jornais e de revistas de responsabilidade, em que se têm comprometido críticos tão ingénuos como presumidos, que imaginam endireitar o Mundo, fazendo o jogo dos inimigos de tudo o que é direito.

E termina-se:

«Quem tiver ouvidos que ouça; quem tiver responsabilidades, que as assumam corajosamente.

Por hoje, limitamo-nos a isto. Mas cremos bem que temos de retomar este assunto, com energia e com dureza. A época não admite transigências, e quando elas se consentem, o bicho vai roendo de tal modo o interior das coisas — que, ao fim, sem nos darmos conta, vamos encontrar tudo podre, irreversivelmente podre!..»

(Finalmente, eis um ponto de contacto. Também nós concordamos em que «a época não admite transigências, e quando elas se consentem, vamos encontrar tudo podre, irreversivelmente podre!..» Só que talvez o bicho não seja o mesmo...).

\* \* \*

Procurando inserir um pouco de ordem neste arrazoado, vê-se que a acusação de desdobra, afinal, em duas. Por um lado, os universitários e universitárias reunidos em Coimbra teriam originado cenas e atitudes contrárias à moral, moralmente durante a noite de sábado para domingo. Por outro lado, o Encontro propunha-se por fim tratar do tema da «emancipação das universitárias dos lares católicos», e nele se teriam feito afirmações atentórias da consciência cristã dos universitários. Tudo isto, por sua vez, é, não se percebe bem como, imputado a manobras do partido comunista tendentes a aliciar os estudantes à sua ideologia.

1. Quanto ao primeiro ponto, a afirmação é por demasiado gratuita e vaga para merecer mais do que o nosso desprezo e repugnância. Diga-se apenas que «o Conselho das Repúblicas, repudiando tal boato, convidou quem quer que fosse a prová-lo na já citada Assembleia Magna» (4) — sem que qualquer prova tivesse sido produzida. Por outro lado, afirmando o jornal «A Voz» que um dos factores geradores do tal pretensão clima de imoralidade foi a distribuição de «folhetos insultuosos distribuídos pelos lares universitários de Lisboa», esquece ele que, se «folhetos insultuosos» circularam, não foram esses (que os não houve), mas aqueles que em Coimbra foram impressos pelos delatores do Encontro e de que junto inserimos algumas fotocópias (4).

2. O segundo ponto talvez valha a pena ser mais demoradamente considerado. Baseia-se a sua dedução na seguinte passagem da tese apresentada no colóquio por alguns universitários de Coimbra:

«O problema das relações entre rapazes e raparigas é uma parte importante do problema do convívio e não pode ser analisado, como aliás a generalidade de todo o convívio, sem uma visão geral da moral dominante na sociedade portuguesa. Se esta é, como é, falsa e formal, igualmente falsas e formais se tornam as relações entre os dois sexos. A universitária em Portugal não pode nem deve separar-se de toda a mulher de toda e qualquer classe. A desigualdade política, económica e social transformou-a num ser afastado, relegou-a para a segunda condição humana, transformou-a no outro oprimido. A luta pela reivindicação, a concretização da igualdade, foram através da história realizadas por muitas mulheres. Embora mais esclarecidas pelo trabalho ou pela cultura, só hoje o processo evolutivo se aproxima da verdadeira realização desses ideais.

Esta perspectiva permite-nos encarar o problema da universitária dentro do problema da mulher portuguesa e da mulher em geral.

Dentro da realidade coimbrã, há a considerar as condições de vida (quase diríamos medievais) da generalidade da universitária coimbrã. Se à rigidez provinciana limita decididamente a liberdade e consequente participação efectiva num convívio responsável da universitária que vive em casa de família, o ambiente da habitação da maioria das universitárias de Coimbra — os Lares — impedem quase completamente essa participação.

As desmedidas e rígidas exigências de horários, a coabitação demorada e forçada das raparigas entre si, e os hábitos preconceituosos e retrógrados que estas mesmas condições criam, são dos principais factores entre muitos que mais negativamente influem na realização do convívio, como ele deve ser entendido, e não um convívio unilateral e unisexual, enfim dum falso convívio.

Por outro lado, a passividade feminina favorece esta situação.

Por sua vez, este estado de coisas é ainda agravado pela incompreensão da generalidade do universitário, que, vítima também das mesmas regras morais, se recusa a encarar lúcidamente o problema e a aliar-se à rapariga, em plano de absoluta igualdade, criando uma espécie de círculo vicioso de que urge sair. As piadas das Latadas, o ambiente dos bares e bailes académicos, etc., etc., documentam suficientemente o longo caminho que temos a percorrer neste campo.

No entanto, é necessário frisar, a universitária coimbrã, salvo as particularidades do meio, não é excepção no quadro da universitária e da mulher portuguesa em geral. Não se tinha, portanto, uma visão do problema localizada e restrita a Coimbra. Nem, por outro lado, uma visão estática no tempo. Trata-se dum processo evolutivo cujo ritmo está intimamente ligado à nossa participação activa, em especial da jovem universitária, que, aliás, dia a dia toma maior consciência das suas possibilidades e responsabilidades na construção do próprio futuro.

A cada vez maior participação feminina na vida associativa impõe-se dia a dia como rumo dos passos fundamentais para o progresso neste campo. A realidade satisfatória não implica abandono da luta por um constante aperfeiçoamento. A este propósito, cabe dizer que no ano que decorre a participação feminina na vida associativa tomou um incremento especial concretizado na realização da I Assembleia

Geral das Universitárias e na intensificação das actividades do Conselho Feminino.

Quanto às ilações que daqui tira o jornal, há que dizer firmemente mais uma vez que:

1.º — O Encontro não se realizou para discussão do tema da «emancipação das universitárias que vivem nos lares católicos». Encontro para fins de puro convívio entre os estudantes das três academias do país, os colóquios nele integrados destinaram-se à livre discussão do panorama actual e das possibilidades de alargamento futuro do convívio entre estudantes.

2.º — Só numa das teses apresentadas — e apenas parcialmente — foi abordada, a propósito das relações entre rapazes e raparigas, a situação particular da universitária dos lares. Não é verdade que se haja reivindicado sua «emancipação» ou se haja, como se pretende com a oposição de aspas, falado de sua «escravidão». O problema foi encarado sob o prisma da contribuição da universitária de Coimbra para a vida associativa — e só nessa medida foi criticada a orientação dos lares católicos, enquanto, com exigências rígidas e puramente formais, coarctava a sua liberdade. É falso, portanto, ter sido produzido qualquer ataque à moral cristã (4), ou sequer à própria existência dos lares católicos. Apenas foi referido e lamentado um «estatu quo» falso, que, por mera inércia social, impede o incremento dum convívio saudável entre os dois sexos.

3.º — Esta tese, como todas as apresentadas no colóquio, foi o a título meramente pessoal. A organização só é imputável ao ter permitido a discussão. E esta, já se viu, decorreu no âmbito dum instituição que, em razão dum eficiente prosseguimento dos seus fins, apreciou a regulamentação extrínseca e secundária dum outra instituição.

3. Por fim, foram rotulados de comunistas os organizadores do Encontro. A afirmação é tanto mais grave quanto se insere na linha dum campanha organizada contra as A. A., que desde há alguns meses vem procurando impedir o trabalho associativo pelo recurso mais ou menos distemático ao processo da «caça às bruxas». Não se demonstra nada, que nada é, evidentemente, demonstrável. Apenas se insinua, se sugere subrepticamente. A menos que se tenham por demonstração afirmações tão fundamentadas como estas:

— que «coexistência e convívio são duas palavras muito em voga no dicionário comunista e que significam a mesma coisa; com a diferença de que a primeira diz respeito às relações internacionais e a segunda à penetração entre a juventude universitária, no sentido de subvertê-la e aliciá-la aos seus ideais»: o rótulo do Encontro, dizendo-se de Convívio, seria portanto de si suspeito, senão sintomático;

— que «uma grande parte da população dos lares universitários e das províncias ultramarinas» e, portanto (admire-se este pedaço admirável de lógica!), a ofensiva de libertação diz-lhes principalmente respeito...»;

— que (o mérito desta é todo da «Voz do Pastor», que a outra «Voz» imediatamente achou por bem noticiar) a Assembleia Magna de 1 de Março foi «manifestamente conduzida por elementos de ideias extremistas», pelo que «fazia lembrar os debates da O. N. U. sem sapatos descalçados»; «...relativamente à presumível fonte de inspiração deste movimento suspeito e às reacções dos elementos são da Academia, não cabe na presente nota». Não cabe, mas devia caber; ou chegará afirmar que é «manifesto» ou que se «presume»?

(Continua na página seguinte)

No mesmo sentido, foi redigido um abstracto comunicado, distribuído no mesmo dia 20 de Março da segunda notícia de «A Voz» e assinado pelo «Conselho Supremo» da «União Nacional dos Estudantes Portugueses Anticomunistas», onde se podia aprender que havia uma ligação — como? porque? — entre a política de libertação ultramarina e a organização de reuniões estudantis como o Encontro de Coimbra e o Dia do Estudante. Depois de sermos elucidados sobre a sua pretensão de «defender a integridade do território nacional» e visto que «o aparelho comunista internacional preocupa-se hoje demasiadamente com Portugal e, especialmente, com os territórios portugueses de África», lia-se: «Sabemos quais as células comunistas que existem nas nossas Universidades; conhecemos quais os professores que se encontram integrados no partido comunista e dele recebem ordens. Sabemos que, quer os estudantes, quer os professores comunistas, escondem cuidadosamente as suas verdadeiras ideias para melhor levarem avante os seus objectivos». E mais adiante: «Não temos quaisquer dúvidas, até porque sabemos de que organização do partido comunista partiram as ordens, de natureza comunista, de algumas iniciativas recentes tais como os «Convívios de Coimbra», efectuados nos princípios de Fevereiro e o recente «Dia do Estudante». Não trazem para nós qualquer novidade, as manobras de bastidores que os comunistas desenvolvem nas assembleias gerais ou assembleias magnas.

Provas? Ah! eis finalmente uma de teor já sobejamente propagado de há um ano a esta parte na nossa Faculdade e agora reduzido a escrito. Um panfleto anónimo, com o título de «Luta ideológica» e clandestinamente distribuído na nossa Faculdade, no mesmo fértil dia 20 de Março, faz-nos saber como «a organização de conferências, a difusão de publicações, a realização de reuniões (por exemplo, da Direcção), a promoção de excursões, a criação de comissões para estudo de tais ou tais problemas (por hipótese, problemas de exames), não passam de «condições favoráveis de cómoda doutrinação». Põe-se, portanto, em causa toda a actividade da A. Académica, cunham-se de comunistas ou comunizantes todas as suas iniciativas, pretende-se que cessem conferências, reuniões, excursões, comissões de estudo. «Será então melhor encerrar a Associação Académica, com fundamento em actividades subversivas. É isso que pretendem?» (\*).

\* \* \*

Antes de dar o nó, vamos ainda transcrever a carta dirigida ao director do jornal «A Voz» pelos dirigentes associativos, na parte em que responde à suspeita por aquele jornal lançada sobre o Dia do Estudante:

«... Diz-se a seguir na mesma local: *Ontem coube a vez a Lisboa; houve uma reunião no I. S. T. dentro do mesmo espírito de «convívio». Não foi anunciada, que sabemos, mas era livre a entrada. Nós não assistimos porque não sabemos, como não sabemos ao certo o que se passou.* Se quem escreveu a local em referência não mentiu deliberadamente quando disse «não foi anunciada», com um pouco de cuidado — apenas um pouco, para quem se interessa tão veementemente pelo assunto — poderia ter tomado conhecimento pelos milhares de volantes distribuídos em todas as Faculdades.

Impassível — com aquela impassibilidade que anda de braço dado com a irresponsabilidade — o articulista prossegue: *«Confiados, porém, em informação de pessoa idónea e responsável, permitimo-nos lançar o alarme e perguntar: quem*

*organizou a reunião? quem a autorizou? quem tomou parte nela? que assuntos se versaram?»*

Já que no meio de todo aquele arrazoado aparece alguém idóneo e responsável, alguém este cujo nome não veio a lume, talvez por modéstia, sem pretender ferir a de cada um, achamos que, para esclarecimento público e para não termos que voltar a pensar coisas pouco desvanecedoras sobre o jornal, o seu director, o articulista e agora o «idóneo» e «responsável», este devia desvendar a sua idoneidade para o esclarecermos, apesar de, insistimos, ser do domínio público o programa da reunião, que é afinal o programa do Dia do Estudante. Não obstante, para serenar o espírito do articulista, vamos responder às suas perguntas, e pela ordem:

1.º — O Dia do Estudante, portanto a reunião em referência, foi organizada pelas Associações de Estudantes de Lisboa.

2.º — O programa geral do Dia do Estudante foi autorizado por Sua Excelência o Senhor Ministro da Educação Nacional, e como tal a dita reunião. A sala onde se efectuou foi cedida pelo Excelentíssimo Director do Instituto Superior Técnico com o conhecimento do Excelentíssimo Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes.

3.º — Tomaram parte nela estudantes universitários desejosos, como indivíduos conscientes e idóneos, de participarem na resolução dos problemas que lhe dizem respeito, como prova a enorme afluência da população dos lares, quer masculinos quer femininos, quer católicos quer não católicos, lá presentes com autorização expressa dos seus dirigentes.

4.º — Os assuntos versados foram de uma forma geral os problemas sociais dos estudantes, e particularmente os referentes aos lares universitários.

Neste particular, «A Voz», tão interessada em dar alarmes, não quer alertar quem de direito sobre as dificuldades dos estudantes em viver em habitações condignas? Isto sim, seria uma das informações que lhe teria dado o tal informador, se é que existe, que nós não o conhecemos, se fosse de facto *idóneo e responsável*.

\* \* \*

Não merece a pena prosseguir. O Encontro de Coimbra — como o Dia do Estudante, que se vem realizando, incólume, desde há bom número de anos, e só agora se procurou atingir — foi mero pretexto para a calúnia contra as A. de Estudantes. Já temos conhecido outros. As A. A. têm-se vindo a fortalecer progressivamente, mercê do esforço desinteressado de universitários que por elas têm dado até ao sacrifício o melhor das suas energias. As suas realizações têm sido sucessivamente mais amplas, a época é de verdadeira tomada de consciência global da síntese dos problemas do estudante português. Luta-se lucidamente pela defesa dos interesses deste, enquanto estudante e enquanto Homem numa cidade futura. Procura-se, inclusivamente, através da participação nos organismos universitários, levar até à gerência da Universidade a sua aspiração a uma prossecução mais eficiente da totalidade dos fins desta. Intensificam-se os contactos entre os universitários espalhados pelas três academias do país; a todo o custo se busca criar as condições para uma união estudantil à escala nacional. E, então, porque se tem feito alguma coisa e muito mais se procura fazer, surgem os demolidores hipócritas, o boateiro e panfleteiro anónimos, o indivíduo que, nas Assembleias Gerais ou nas Assembleias Magnas, vai mentindo e insinuando, para fins que não se atreve claramente a confessar. Tudo

isto seria apenas profundamente triste, se não fosse também extremamente grave. Existe hoje toda uma campanha em torno das A. A., e da nossa em particular, que vai procurando minar pouco a pouco o trabalho associativo, senão comprometer a sua mesma sobrevivência. Em resposta a este estado lamentável de coisas, não chega, como se tem feito, protestar junto das entidades universitárias e governamentais. Não basta, como agora se faz, processar o jornal «A Voz» pelas calúnias a que deu abrigo. É necessário, sobretudo, actuar junto de todo o estudante universitário, chamá-lo ao contacto directo com o trabalho da sua associação, para uma consciencialização plena do que dele se pretende e do que por ele se tem feito. A torpeza dos inimigos das A. A., há que responder com um redobrar da nossa actividade e do nosso entusiasmo juvenil e incorrupto. É preciso que cada um encontre em si, pelo menos, uma resposta idêntica à de grande número de universitários de Coimbra, aquando do aparecimento do primeiro artigo de «A Voz»: preparava-se para vir a Lisboa um autocarro de participantes para o fim de semana do Dia do Estudante; pois a reacção foi espontânea: vieram quatro!

- (1) Publicam-se, em fotocópia, alguns dos folhetos mais curiosos e elucidativos e, bem assim, o comunicado do Conselho Feminino.
- (2) Do comunicado da Direcção da A. A. de Direito de Lisboa.
- (3) A admiração é nossa.
- (4) Será erro de ortografia? Que diria (aliás muito justamente) o articulista de «A Voz» se nós duvidássemos de que alguma vez tenha frequentado uma escola de ensino da língua portuguesa?
- (5) Da carta ao Director de «A Voz».
- (6) No mesmo sentido, «A Voz do Pastor» procurava fazer crer que estes folhetos haviam partido de sectores do convívio com o fim de criar uma atmosfera de obscenidade propícia aos seus fins — quando, para verificar o contrário, bastava ter lido alguns.
- (7) Tanto assim é que as críticas aduzidas podiam mesmo, e em nome precisamente duma ética cristã autenticamente formativa, ser aduzidas por um católico consciente.
- (8) Do comunicado da Direcção.

6/4/1961

J. L. F.

Por mandato da Direcção da A.A.F.D.L.

#### QUADRANTE

Publicação não periódica

Conselho Directivo

José Lebre de Freitas

Jorge Paul

Francisco Ferreira Gomes

Sérgio de Abreu Motta

Editor

Alberto Marques

Administradores

Carlos Brito

Maria Madalena de Oliveira

Arranjo gráfico

de Luís Macara

A. A. F. D. L.

CIDADE UNIVERSITÁRIA

N.º 8

Maio

1961

# AINDA O CONVÍVIO

NOTA FINAL — Já este número estava em composição quando o último «Encontro» produziu afirmações sobre o Convívio de Coimbra que parecem merecer algum reparo.

Em primeiro lugar, é de lamentar que, jornal de universitário católico, o «Encontro» tenha calado a menor referência a tudo quanto de repugnante derivou dos sectores anti-convívio — com a razão de que «seria enfadonho fazer uma análise do que se passou» — para se fixar apenas num ponto: a acima citada passagem da tese defendida por estudantes de Coimbra sobre as relações entre rapazes e raparigas — e aí no intuito de «pôr os pontos nos ii». Não parece, por um lado, que estivesse fora do âmbito dum jornal como o «Encontro» (ao contrário do que se afirma na editorial) tomar posição quanto a uma campanha difamatória que, pelos seus fins como pelos meios usados, se afigura estar em óbvio desacordo com os princípios apreçados pela moral cristã. Depois, há que, com o seu silêncio, acompanhado duma sanção ao que se disse contra as afirmações relativas ao convívio entre universitários e universitárias, o «Encontro» vem, afinal, e pelo menos, assumir uma ambiguidade que lhe cumpria, ao contrário, dissipar.

Mas há mais. A que título se afirma que o que se disse sobre o convívio entre os dois sexos «transcende em muito questões de política académica, antes envolve (como por todos foi aliás reconhecido) a própria concepção e validade dos quadros da moral cristã? Não vamos voltar ao assunto. Apenas perguntamos onde é que, não se concordando com «as desmedidas e rígidas exigências de horários, a coabitação demorada e forçada das raparigas entre si, e os hábitos e preconceitos retrógrados que estas mesmas concepções criam», se está produzindo um ataque à ética cristã? Ou será que se pretende dar a entender que a subsistência do cristianismo está dependente da manutenção destes quadros puramente formais e externos?

É verdade que, no artigo que o «Encontro» em seguida inclui para legitimação do seu ponto de vista, «se não ignoram nem pretendem ignorar as radicalíssimas diferenças que existem, com a consequente demarcação de campos para a intimidade legitimamente desejável entre rapazes e raparigas» e «se não esquece que existem limites que só o amor, assumido pelo casamento, permite ultrapassar». É uma opinião. Não somos quem use ofender-se com isso. É aconselhável que a universitária abdique de certas formas de realização da sua liberdade, saiba tabu o convívio com o outro sexo, saia à rua mas com o cuidado de regressar a casa a horas honestas? Mas é precisamente a discussão disso, que não «transcende» a vida académica, que parece ser útil, e não o encerrarmos-nos em blocos de silêncio a negar teimosamente o diálogo.

«[...] As responsabilidades não cabem só aos mestres, cabem também aos próprios estudantes; são de todos. É preciso que todos, por conseguinte, façamos um exame de consciência, a fim de procurarmos melhorar o que não está certo [...]».

«[...] Diga-se ainda que, reatando um pouco o fio da antiga tradição portuguesa, se deve dar ao corpo discente, no governo da Universidade ou da Escola, uma participação a que ele tem andado alheio, ouvindo representantes ou delegados seus sempre que, para efeito de reforma ou de outra ordem, estejam em causa directamente os seus interesses e aspirações».

(Da tese apresentada ao I Congresso da JUC, 1953, pelo Professor Dr. Inocêncio Galvão Telles).

## 1 Introdução

### I

Que nos lembremos, há muitos anos que na nossa Faculdade não se publicava nem era trazido à discussão entre os estudantes, um relatório em que se procurasse analisar e sintetizar os resultados dos exames finais.

Quer-nos parecer que isso tem sido uma deficiência grave na vida da nossa Faculdade.

Grave, porque a falta de divulgação desse e doutros estudos não tem permitido que os estudantes — razão de ser da Universidade — tenham uma visão de conjunto, séria e realista, da situação do seu ensino.

Grave, principalmente, porque a falta dessa visão nos tem inibido a todos de influir conciente e organizadamente na melhoria quer do sistema de exames, quer na forma e conteúdo do próprio ensino.

Ano após ano temo-nos habituado aos lamentos, temos cultivado o *diz-se, diz-se*, passando com grande facilidade da apreciação extremamente elogiosa à crítica do botabaixo, ambas erradas, generalizadoras, injustas.

Ano após ano temos, afinal, em última análise, quer aprovando, quer rejeitando, conservado e desenvolvido a nossa ignorância, a nossa complacência, a nossa indiferença, a nossa apatia, perante o que se relaciona com a organização, orientação e evolução do ensino que recebemos.

Os positivos, mas ainda tímidos esforços empreendidos ultimamente pela nossa A. A., uma ou outra iniciativa desgarrada dos anos anteriores, o nível de conhecimentos e experiência pedagógica ganho na acção académica por uns tantos estudantes, uma certa renovação de interesse activo por estas questões, não conseguem forçar e alterar o quadro:

Temo-nos habituado a falar nas costas da realidade desistindo de influir nela.

Reagir contra esta atitude de desistência e abdicação, sábia e tradicionalmente envolta no manto de um falso realismo — no pretenso realismo do nada vale a pena — apetrechando os estudantes de Direito com um conhecimento mais profundo e exacto de aspectos centrais da vida da nossa Faculdade (Quais os resultados dos exames? Quais os resultados finais do ensino?) que lhes sirva de base a uma acção mais esclarecida e per-

sistente, a um novo entusiasmo resultante dum mais rasgado conhecimento da situação, é o primeiro fim deste estudo.

### II

Afirmar que a Universidade, ou as Faculdades, são, ou devem ser, o resultado da comunhão de esforços de professores e alunos implica o reconhecimento da necessidade do desenvolvimento do esforço estudantil na batalha do saber, da cultura e da Universidade.

Indo mesmo um pouco mais além nós poderemos dizer — dada a posição especial dos estudantes em relação aos fins da Universidade — que sem esse esforço a Universidade é vã e como já alguém disse, construída sobre areia.

Ao nível actual desse esforço e da forma como ele é acarinhado falam por si — mais do que as palavras que possamos dizer — os dados que adiante fornecemos.

Culpa dos estudantes? É sempre fácil culpá-los. E muitas culpas eles terão realmente. No entanto, são algumas dezenas, são algumas centenas de estudantes, que, ao lado de alguns professores, dentro da nossa Faculdade, nem sempre com resultados, nem sempre bem orientados, nem sempre vendo com cla-

reza o que desejam, mas sempre com o seu coração, a sua juventude, o seu cérebro limpo, o seu entusiasmo não remunerado a não ser por sacrifícios, canseiras e, por vezes, com as mais dolorosas injustiças, anónimas ou não, são eles que melhor têm pugnado pelo desenvolvimento desse esforço, contra todas as marés, em todas as ocasiões. São eles que, ao lado de alguns professores, se têm recusado a aceitar a crise que cada vez se reconhece mais profunda, da nossa Faculdade.

Porque tem encontrado esse esforço, esse longo trabalho acumulado, tão pouco eco, tão pouca relevância, dentro da vida da nossa Faculdade?

A nós, quer-nos parecer que essa falta de projecção efectiva, se deve, entre outras causas, ao facto de a nossa experiência, das nossas ideias e princípios não terem conseguido penetrar nos órgãos dirigentes da Faculdade.

Sem qualquer participação estudantil no Conselho Escolar, sem que este sequer nos ouça quando toma resoluções que directamente nos afectam, dificulta-se extraordinariamente a concretização das nossas aspirações por mais justas que elas sejam, anula-se a possibilidade de colaboração daqueles que, por directo conhecimento e directa experiência, mais condições têm para desbravar um caminho que leve a um aumento de interesse dos alunos pela Faculdade e, portanto, do próprio valor da Universidade.

Que argumentos se podem levantar contra essa participação dos estudantes, de representantes autênticos dos estudantes, no Conselho Escolar?

Falta de maturidade?

Mas não terão os dirigentes da A. A. revelado, ao longo de todos estes anos, dedicação, interesse e maturidade suficientes para não deixarem muito mal colocados os cadeirões em que se sentassem?

Falta de experiência?

Mas não levará a ausência dessa representação estudantil, a uma unilateralidade de visão no Conselho Escolar, a uma redução dos seus horizontes e da sua fonte de experiências?

Mais: Haverá alguma lei científica que determine, por um lado, a competência, maturidade e dedicação dos professores, de todos os professores, para o exercício de funções directivas na Faculdade e, por outro, a incompetência, falta de idoneidade e zelo dos estudantes, de todos os estudantes, para o exercício de tais funções?

Perigos ocultos?

Mas não podem, não têm sido, os estudantes responsabilizados pelos seus actos? Não terão os dirigentes estudantis assumido sempre as suas responsabilidades?

Falta de apoio?

Mas que saibamos, a seu favor já se pronunciaram não só os estudantes — ainda o ano passado a quase totalidade dos cursos votou, por larga maioria, em defesa da participação dos estudantes no Conselho Escolar com voto deliberativo — como vários professores.

Por mais que procuremos não encontraremos nunca nenhum argumento sólido e justo contra esta participação, que anule as largas vantagens que, com ela, se obtêm.

Tornar clara a necessidade e a viabilidade da representação dos estudantes no Conselho Escolar é, assim, o segundo objectivo deste estudo.

### III

Um início de balanço dos resultados dos exames durante um certo número de anos, como o que se procurará fazer neste artigo, nunca poderá substituir uma análise mais funda dum sistema de ensino.

Quando muito, e esta é uma das vantagens deste trabalho, ele poderá dar um início de resposta às seguintes questões:

Está o ensino de Direito na nossa Faculdade a interessar a generalidade dos estudantes?

Contribui em alguma coisa para os resultados positivos ou negativos verificados, o sistema de exames adoptado?

Haverá uma bitola de classificação distinta da usada noutras Faculdades?

Serão os Professores muito ou pouco exigentes nos exames?

Haverá uma abundância, absoluta ou relativa, de estudantes na Faculdade, em relação à necessidade nacional de licenciados em Direito, que determine ou explique uma maior exigência nos exames, uma redução nas aprovações, levando assim a uma diminuição anual de licenciaturas e a um certo desencorajamento de futuras inscrições?

Nota-se alguma diferença no aproveitamento, ou nas classificações, de estudantes ordinários e voluntários?

Como se disse atrás, o apuramento estatístico dos resultados dos exames dá simplesmente um início de resposta a essas questões.

À face de meros números, de simples quantidades de aprovações e reprovações, por mais trabalhadas que sejam, será sempre muito difícil de destringir onde começa a responsabilidade do professor e onde acaba a do aluno, onde o defeito está no sistema de exames ou no método de ensino, onde há uma causa profunda e onde domina um acidente.

Mas, axactamente, o que sem dúvida resultará deste trabalho, da gravidade que salta dos próprios dados compilados, é a necessidade, a premência, de proceder a investigações muito mais completas e am-

plas onde possam surgir à luz do dia os principais defeitos e qualidades do nosso ensino actual e, consequentemente, a forma de eliminar uns e ampliar as outras.

Em minha opinião, um tal esforço, para ser válido, para conduzir a resultados visíveis e duradouros, necessita da colaboração de todos aqueles que se interessam pela nossa Faculdade.

O que se torna necessário, o que é urgente, é que professores e alunos iniciem ou desenvolvam um amplo diálogo, dentro do melhor espírito de uma colaboração construtiva, sobre a situação do ensino na nossa Faculdade.

O que se torna necessário, o que é urgente, é que professores e alunos em frequentes reuniões, encontros, conversas ou por outras formas de contacto que forem consideradas úteis, estudem, debatam e procurem em conjunto as causas dos males que afligem a nossa Faculdade e resolutamente busquem a sua solução.

O que se torna necessário, o que é urgente é que professores e alunos, que todos, como disse o sr. Prof. Dr. Galvão Telles, «[...] façamos um exame de consciência, a fim de procurarmos melhorar o que não está certo».

Salientar, a partir da crueza dos

## OS RESULTADOS DOS EXAMES E A SITUAÇÃO DO ENSINO NA NOSSA FACULDADE

### ● PEDRO RAMOS DE ALMEIDA

dados compilados e duma sua breve interpretação, a necessidade de um amplo diálogo de professores e alunos sobre o nosso ensino em ordem a melhorá-lo, é o terceiro objectivo deste trabalho.

2. *Está o ensino de direito a interessar a generalidade dos alunos da nossa Faculdade?*

Aparentemente a resposta a esta pergunta tem de ser negativa.

Assim se se examinar o *Quadro I* sob os ângulos: a) da percentagem das aprovações e b) da percentagem das classificações dos aprovados em todas as cadeiras, teremos forçosamente que chegar a uma de duas conclusões ou, até, a ambas:

Ou o aproveitamento escolar é em geral muito fraco ou os professores são muito exigentes nos exames.

a) *Percentagem das aprovações*

A percentagem das aprovações pode, para ser mais significativa, ser encarada, ser observada de 2 maneiras distintas.

I — *Relação entre os inscritos iniciais no 1.º ano e o número de licenciados, 5 anos depois*

Por este processo verificamos que nos 11 anos abrangidos por este trabalho nunca a percentagem daqueles que concluíram o seu curso em 5 anos, foi superior a 30 %.

Assim dos 258 inscritos iniciais em 1949/50, no 1.º ano, licenciavam-se em 1953/54, 50, ou seja, 19,4 %.

Em 1950/51 inscreviam-se 298. Licenciavam-se em 1954/55 — 63 (21,2 %).

Em 1951/52 — 301. Licenciados em 1955/56 — 71, 23,5 %.

Em 1952/53 — 301. Licenciados em 1956/57 — 89, 29,6 %.

Em 1953/54 — 357. Licenciados em 1957/58 — 107, 29,9 %.

Em 1954/55 — 403. Licenciados em 1958/59 — 112, 27,7 %.

Em 1955/56 — 400. Licenciados em 1959/60 — 102, 25,5 %.

(Continua na pág. 10)





(Continuado da pág. 7)

# NOTAS PARA

É óbvio que estes resultados não podem ser considerados perfeitamente exactos dado que aos inscritos iniciais do 1.º ano se vêm a acrescentar, noutros anos, outros estudantes. Porém como essas somas se tendem a anular umas às outras os resultados, as percentagens, devem ser consideradas no plano relativo, da comparação de umas com outras, como correctos e no plano absoluto, como exageradas, uma vez que, por um lado, aos inscritos iniciais se vão, nos diversos anos, acrescentando repetentes, e, por outro, esses mesmos inscritos iniciais em relação aos quais se vai determinar 5 anos depois a percentagem de licenciados, contam já entre si numerosos repetentes.

A levarmos isto em conta é quase certo podermos concluir que a percentagem daqueles que concluíram o seu curso sem perder um ano, nunca foi superior, nestes 11 anos, a 20 %.

## II — Relação entre as aprovações em cada ano e o número de inscritos iniciais e para exame final

O Quadro II mostra com suficiente nitidez o baixo nível das aprovações nomeadamente nos dois primeiros anos.

Basta, quase que se diga que no conjunto dos 5 anos que compõem o nosso curso, nos 11 anos lectivos analisados, a percentagem total de aprovações em relação aos inscritos iniciais, sejam eles repetentes ou não, foi de 54 %!

E ainda, neste número, como nas restantes percentagens apuradas no quadro II, contamos como aprovados, com todos os estudantes em condições de passar para o ano seguinte em todos os só nalgumas cadeiras, isto é, mesmo com aqueles alunos que deixaram 1 cadeira atrazada!

### b) As classificações dos alunos aprovados em todas as cadeiras

Quando se examinam as médias dos alunos aprovados nos diferentes anos, duas características saltam imediatamente à vista:

I — O predomínio dos 10 e dos 12 valores.

II — O fraco número de estudantes com a média anual de 14 valores ou superior.

Senão, veja-se o quadro 3, referente aos 11 anos lectivos:

Quadro III

Notas	Ano					TOTAL	
	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	N.º	%
10 val.	450	372	264	139	101	1.326	26 %
11 val.	536	395	320	281	225	1.757	34 %
12 val.	283	190	166	217	209	1.035	20 %
13 val.	105	89	83	112	105	494	10 %
14 val.	65	38	50	46	66	265	5 %
15 val.	24	21	31	37	28	141	3 %
16 val.	9	16	16	17	19	77	1,5 %
17 val.	1	3	8	6	14	32	0,6 %
18 val.	—	—	2	3	4	9	0,2 %
19 val.	—	—	—	—	1	1	0,02 %
TOTAL	1.473	1.124	940	858	772	5.167	100 %

Por estes números se vê que, nos 11 anos lectivos considerados, a percentagem das médias anuais de 14 ou superiores a 14 valores em relação às restantes médias apuradas foi no 1.º ano de 6,8 %, no 2.º de 6,9 %, no 3.º de 11,3 %, no 4.º de 12,7 %, no 5.º de 17,1 %. No total, 10,2 %.

Em 11 anos houve 527 médias anuais de 14 valores ou superiores. Não chega, em média, a 50 o número de alunos que, em cada ano

lectivo, se poderiam candidatar a bolsas oficiais ou particulares para as quais, vulgarmente, é exigida essa nota!

Na realidade, as aprovações tangenciais, as médias de 10 e 11 valores, dominam largamente as médias atribuídas, nestes 11 anos.

No 1.º ano a % das médias de 10 e 11 valores em relação à totalidade das classificações, atinge os 67 %. No 2.º ano, 68 %. No 3.º, 62 %. No 4.º, 49 %. No 5.º, 42 %. No total, 60 %.

Dos 11.485 inscritos iniciais, nestes 11 anos, só 2.086, tiveram média de 12 valores ou superior.

Em média, menos de 200 alunos por ano poderiam ter requerido isenção de propinas.

### 3 Contribui em alguma coisa para os resultados verificados, o sistema de exames adoptados?

Os 11 anos que considerámos permitem distinguir os resultados obtidos no antigo sistema de exames e os resultados dentro da actual reforma.

E na realidade se dividirmos estes 11 anos em 2 períodos que correspondam ao domínio dos 2 sistemas de exames, nota-se alguma diferença nos resultados.

Assim, por ex., no que toca à relação entre o n.º de aprovações e o de inscritos iniciais, a distinção é sensível.

No 1.º ano, a % de aprovações no domínio do antigo sistema foi de 36 %, no actual de 42 %. No 2.º ano, respectivamente, de 43 e 66 %. No 3.º ano, de 57 e 67 %. No 4.º,

de 77 e 82 %. No 5.º, de 88 % e 78 %. No total, 49,5 % e 59,4 %.

Como se vê em todos os anos, excepto no 5.º ano, a % de aprovações subiu visivelmente.

Em globo, pode-se dizer, que a nova reforma pelas maiores facilidades de exame que trouxe aos alunos, assegurou ou permitiu um aumento da % de aprovações.

Todavia, dentro de cada um dos dois sistemas de exames desenharam-se movimentos que importa considerar.

Assim, se examinarmos o quadro II e, nomeadamente, por mais significativa, a % de aprovações em relação às inscrições iniciais, verifica-se que dentro do antigo sistema de exames, havia uma lenta subida da % de aprovações.

Com a época de 1956/57, em que é introduzido o novo sistema, e em que não há limitação do n.º de exames na época de Outubro, essa su-

do facto de, ao contrário do que se viu acontecer quanto à % das aprovações, o movimento nas médias anuais — que logicamente deveriam ter subido — não ser tão explícito.

Assim a %, em relação ao total das classificações, das médias anuais de 14 valores ou superiores é, em globo, no antigo e actual sistema de exames de: No 1.º ano, respectivamente, de 7 e 6,6 %. No 2.º, de 7 e 6,8 %. No 3.º, de 10,9 e 11,8 %. No 4.º, de 11,1 e 14,2 %. No 5.º, de 19,0 e 14,3 %.

Quanto à % das médias de 10 e 11 valores somados em relação ao mesmo total de classificações, na antiga e actual reforma, apura-se: No 1.º ano, 67 e 67 % respectivamente. No 2.º ano, 66 e 71 %. No 3.º ano, 63 e 62 %. No 4.º, 48 e 50 %. No 5.º, 38 e 48 %.

Tendo aumentado tanto a % de aprovações o facto de não se notar uma diminuição, relativamente ao antigo sistema, da % dos 10 e 11 valores, poderia ser explicada por esse mesmo aumento.

Mas essa explicação não abarcaria já a fraca oscilação verificada nas médias de 14 valores ou superiores nem tornaria claro porque é que nos 1.ºs anos lectivos da nova reforma, as médias de 11 valores ganham maior predomínio sobre as de 10, para nos últimos se começar a esboçar, nomeadamente nos 1.ºs anos, a tendência apostá.

### 4 Nota-se alguma diferença na classificação dos estudantes voluntários?

Basta examinar o Quadro II para verificar a profunda diferença entre a % de aprovações de estudantes voluntários e ordinários.

Anos há, como o de 1951/52, 1.º ano, em que só 11 % dos inscritos iniciais como voluntários ficam aprovados!

Nos 11 anos lectivos a percentagem de aprovações em relação aos alunos inscritos inicialmente em todos os cursos, como voluntários, não ultrapassa os 44 %!

Nas classificações, o 10 e o 11 somados, atingem em relação à totalidade das médias verificadas nestes 11 anos lectivos, 73,4 %!

Em 11 anos, das 4.144 inscrições em regime de voluntariado só surgiram 60 classificações de 14 valores ou superiores! E de 15 valores ou superiores, só 14 classificações!

Os 10,2 %, correspondentes à relação entre as aprovações com 14 valores ou média superior e o número total de aprovações obtidas por estudantes ordinários ou voluntários, reduzem-se, a menos de 4,2 % quando se consideram só os estudantes voluntários!

Culpa dos estudantes voluntários? Deficiências de apreciação? Não cabe aqui responder a essa questão.

Aqui, à face destes dados, quer no que toca aos estudantes voluntários, quer a todos os estudantes, quer à Faculdade em geral, aqui, só se deve levantar outra pergunta:

Estamos nós, estudantes e professores, fazendo tudo o que podemos por uma melhor integração nossa na vida da Faculdade?

Estamos nós fazendo tudo o que podemos pela sua valorização, pela sua real e positiva projecção nas nossas vidas?

Se não estamos, porque esperamos?

PEDRO RAMOS DE ALMEIDA

Uma análise cultural elabora os dados geográficos e históricos no sentido da delimitação espaço-temporal da Europa. Sob o ponto de vista espacial o mundo eslavo foi considerado pelos povos germano-românicos como estranhos a si próprios (Danilevsky). Por outro lado Europa só se projecta como entidade cultural, quando, ao declinar o Império Romano, sucessivas imigrações e invasões das tribos germânicas vieram consagrar a cisão económica-social das duas «partes Imperii» Ortega assinala (!) que «as nações de Ocidente formaram-se pouco a pouco, como núcleos mais densos de socialização, dentro da mais ampla sociedade europeia que, como um âmbito social preexistia a elas. Esse espaço histórico, impregnado de usos, em boa parte comuns, foi criado pelo Império Romano e a figura das nações emergentes coincide de sobremaneira com a simples divisão administrativa das Dioceses, no Baixo Império.

Os vestígios e admiração ideal pela civilização romana foram insuficientes para restaurar um sistema político unitário. Todos os intentos, desde Carlos Magno até Napoleão, fracassaram ante a marcha lenta e intermitente, mas progressiva de agrupamentos globais, integrados a maioria das vezes pela comunhão de língua, confissão religiosa, costumes e afectos a empresas próprias que afirmam a sua vocação para se determinarem como organizações de poder soberanas. A nação instaura a diversificação política e aspira, ademais, através de uma missão histórica peculiar, a realizar uma totalidade de fins derivados de uma forma individuada de intuir os valores (?). Sendo certo que a consciência de «singularidade» pressupõe a coexistência de uma pluralidade de nações formando-se e convivendo em forma de permanente comparação (?), no entanto esse confronto serve quase sempre para glorificar o que há de específico, de absolutamente distinto dos vizinhos.

Europa não tem tido consciência de uma unidade espiritual, escreve Julien Benda (?). Se no final do século XVII, acrescenta o historiador francês, surgem homens que, não só possuem uma cultura cosmopolita, como glorificam e vêem nela um valor superior às culturas estritamente nacionais e acerca dos quais Voltaire escreveu em 1767 que «se forma na Europa uma república imensa de espíritos cultivados», contudo toda essa orientação foi violentamente contida no século XIX, em nome das culturas nacionais.

Em face dos movimentos nacionais subsiste ainda a possibilidade de nos abirmos a uma ideia de Europa?

Em primeiro lugar temos que constatar a formação de «supersistemas culturais», isto é, de unidades culturais superiores fundamentadas sobre certas premissas maiores ou sobre certos princípios últimos cujos desenvolvimentos constituem ideologias totais no seio da sociedade europeia. Assim, Sorokin formula três tipos de supersistemas culturais: «o sensível», «o ideativo» e «o idealista». Europa conheceu, sucessivamente os três tipos. Sorokin descreve assim o primeiro supersistema cultural europeu (?):

# UMA IDEIA DE EUROPA

«Toda a cultura europeia do século XVI até ao século XX apresenta um quadro inteiramente distinto. Neste período o supersistema sensista foi o dominante na cultura europeia. Durante os últimos quatro séculos a maior parte dos departamentos da cultura europeia estavam articulados pela premissa de «que a verdadeira realidade e o verdadeiro valor último é o sensível». Todas as esferas desta cultura se secularizam. A religião e a teologia decaem em influência e em prestígio. Religiosamente indiferente, às vezes até irreligiosa, a ciência sensista tornou-se a suprema verdade objectiva... Os valores materiais, a riqueza, a comodidade física, o prazer, o poder, a fama e a popularidade convertem-se nos valores fundamentais pelos quais os modernos homens sensistas combateram e lutaram».

- A criação de semelhantes supersistemas culturais prova a interdependência dos países europeus no processo cultural, para além dos particularismos nacionais, mas mal salienta o que porventura possa haver de distinto entre o espírito europeu e o espírito norte-americano, por exemplo, quando ambos estão subordinados a uma visão «sensista» da realidade.

Não descobrimos a índole radical da Europa quando nos informamos das possíveis respostas que os europeus tenham dado à questão fundamental: «qual é a natureza da verdadeira realidade essencial ou do verdadeiro valor último?». Devemos proceder a uma indagação prévia: sejam quais forem as respostas que os europeus forneceram ao enigma da existência, em razão dos quais formularam princípios e articularam sistemas de vida, como definir a sua atitude primária em relação à Natureza e à Sociedade? Parece-nos que no trato com o contorno social e natural, o homem europeu quis realizar-se acima de tudo «em liberdade». Todos os objectivos básicos do comportamento humano — a confraternização, a procura de comodidades, a solidariedade com o universo vivente, o domínio sobre os outros — merecem derrubar-se quando obstáculos ao experimentar-se «divers».

Que significa «ser livre»? Para o grego a efectivação da forma a que todo o ente tende, por natureza; para o hindu o desprendimento dos vínculos materiais para a imersão no Brahman; para o europeu a possibilidade do homem, na medida em que consegue destacar-se, enquanto sujeito, da Natureza e definir-se como personalidade intransferível no meio social, de configurar dinamicamente o seu mundo circundante. A liberdade prosseguida por uma aristocracia de espíritos europeus significa a busca utópica da verdade, através de antinomias e tensões, a despeito de todas as ideias vigentes, crenças e imposições políticas<sup>(8)</sup>. Daí a permanente dificuldade de encontrar ou estabelecer a «unidade» europeia.

Enquanto a América do Norte se deixou embalar num sistema cultural predominantemente utilitarista e empirista de raiz inglesa<sup>(9)</sup> e a Rússia estruturou, dogmáticamente, as suas instituições com base na ideologia marxista, Europa, a mãe pródiga das grandes teses, jamais

arreigou em crença uniforme e rígida. Jaspers descreve «a vida tensa entre dois polos opostos» europeia<sup>(8)</sup>:

«Europa conhece a majestade das vastas estruturas ordenadas, e a inquietude das revoluções. É conservadora e leva a cabo as rupturas mais radicais. Conhece a paz do recolhimento religioso e o salto para a negação nihilista. Favorece a ideia de autoridade em seu aspecto cristão e universal, como também a ideia de livre interpretação. Edifica os grandes sistemas filosóficos e deixa-os demolir pelos profetas que proclamam a verdade. Vive com a consciência da totalidade política, e, ao mesmo tempo, do que há mais íntimo no domínio pessoal e privado... Europa torna-se infiel à sua liberdade quando perde estes antagonismos...»

Só à luz da atitude primária europeia é possível explicar a fundação da ciência e técnicas modernas<sup>(2)</sup>, compreender a visão económica<sup>(10)</sup>, o ideário político, entender os sistemas filosóficos europeus.

O grande problema suscitado pela índole europeia é que ela supõe um condicionalismo e provoca consequências quase insustentáveis no mundo de hoje. *La grande famille continentale, dont tous les efforts tendent à je ne sais quel mystère de civilisation*, no dizer romântico de Balzac deixou de ser o factor dominante do mundo, para passar a sofrer pressões externas. A extrema diversidade na planificação económica e na acção social e política, fruto da extraordinária potencialidade criadora de povos instalados num pequeno espaço geográfico, conduz a uma desagregação, que de um momento para o outro pode transformar-se em subordinação total. Desembocamos, pois, nas duas grandes questões: qual a situação da Europa no mundo; que fazer pela Europa.

SÉRGIO ABREU E MOITA

- (1) Ortega y Gasset, «Meditación de Europa», pág. 35
- (2) Para uma síntese do conceito de Nação, o estudo do colega Rui Machete *O Princípio das Nacionalidades e o Nacionalismo Africano*.
- (3) Ortega y Gasset, idem, pág. 41, 61
- (4) J. Benda, «La conciencia de la unidad europea», in col. «El Espíritu Europeo» pág. 34.
- (5) P. Sorokin, «Las Filosofías sociales de nuestra época de crisis», pág. 254.
- (6) Cfr. Conclusão de «Crise da Consciência Europeia» de Paul Hazard
- (7) Segundo Northrop, em «The Meeting of East and West», pág. 66 e segs.
- (8) Karl Jaspers, «Que es Europa?» in colectânea «El Espíritu Europeo» pág. 292. Cfr. «Van Ursprung und Ziel der Geschichte», 67.
- (9) Cfr. Max Scheler «Die Wissensformen und die Gesellschaft» 2. Aufl. 92.
- (10) F. Perroux in «Economie et Société» pág. 28 enuncia deste modo a visão comum ao Ocidente: «Par ses plus grands interprètes économiques, il prend la figure de l'économie sans rareté et dela société sans contraintes». Os sublinhados são nossos.

# POESIA

## POEMA

A flor que murchou  
Tombou em pétalas no rio.  
E o estrangeiro perguntou:  
Porque morrem as flores?  
Sorriram os poetas  
E de joelhos beberam  
A água perfumada do rio.

SÉRGIO VIEIRA

## ARTE POÉTICA

Traz-me uma flor  
e essa mão decepada.  
Trás-me relógios sem corda;  
uma flauta quebrada  
e essa mão decepada.

Trás tudo isso  
e mais sangue!  
Sangue recente  
palpitante e quente.  
Vamos construir um poema.

LUIZ MACARA

## A PAZ

De ilimitadas vozes só persiste  
o débil murmurar duma palavra,  
minúscula palavra, quase não  
mais do que um cício brando.  
Invisível e clara se insinua,  
penetra, pesa, cinge e se liberta  
no tempo, exacta e breve.  
E dentro um som repercutido a  
[medo.  
Suave som só levemente in-  
[quieto,  
e fora é cachoar, é multidão  
de harmonias já grávidas e au-  
[díveis.  
Soluçar certo e súbito sem síla-  
[bas,  
palavra iluminada de ternura e  
[água,  
humílima palavra, audaz pala-  
[vra  
Semeada no vento ágil dos po-  
[vos.

JOSE AUGUSTO SEABRA



# Unificação da Universidade

(Continuado da pág. 1)

ca, quer a dos estudantes da Universidade Técnica se ressentem dum carácter incompleto que castra as possibilidades de uma melhor compreensão do mundo em que vivemos: aqueles, lutam com a carência de uma bagagem razoável de ciência pura; estes, manifestam, em geral, uma péssima preparação humanística.

Não pretendo com isto dizer que no curso de Direito deveria haver estudos de Física Atómica ou que no curso de Agronomia se deveria aprender História do Direito Romano. O que me parece nítido é que a separação das Universidades leva à tendência dos estudantes de uma ou de outra, até na sua preparação pessoal, a fechar-se naquilo que consideram mais próprio e condizente com a sua formação integral que eles deveriam buscar.

Mas, dir-se-á, se as coisas se passam desta forma, não será que está encontrado o elemento diferenciador das duas Universidades? Não, porque se é certo que o homem actua sobre o meio ambiente, modificando-o e adaptando-o às suas necessidades e conveniências, creio que num momento anterior é este meio que *age* sobre o espírito humano, adequando-o e formando-o segundo as suas características. Sendo assim, o homem, influenciado num primeiro momento pelo meio circundante, vem numa segunda fase a *reagir* em função da necessária adaptação dos seus hábitos e meios de vida aos dados de facto em que lhe é dado existir. Significa isto, no caso concreto, que se é verdade os estudantes reagirem da forma descrita, isso deve-se mais ao facto de, ao chegarem à Universidade, depararem desde logo com uma separação que os vai influenciar em certo sentido, do que a uma sua recusa sistemática em adquirir uma cultura multifacetada e necessariamente actual.

E deste modo se explica aquilo que já atrás ficou dito: «o facto de certos Professores (e certos alunos, aliás) defenderem a situação actual afigura-se-me muito mais uma consequência da separação das Universidades do que uma sua causa justificativa».

Disse, porém, que um dos inconvenientes do cisma universitário se punha no plano das actividades circum-escolares. Com efeito, o mal, por vezes, não vem da separação em si mesma considerada, mas antes

do facto de a sua existência levantar dificuldades insuperadas (propositadamente, não digo *insuperáveis*) às realizações concretas que os universitários pretendem levar a efeito. Valha como exemplo a impossibilidade, até hoje verificada, de os organismos circum-escolares serem aprovados pelos Reitores os seus planos conjuntos de actividades culturais que deveriam ser subsidiados pela Fundação Gulbenkian. O assunto é tão do conhecimento público que penso não valer a pena insistir.

## II

Vimos uma situação existente na capital, frisou-se o quanto ela tem de absurdo, destacaram-se alguns dos seus inconvenientes. Chegados, porém, a este momento, devemos por-nos a nós próprios a questão de saber se nada haverá a fazer para remediar o que é considerado mau e se teremos de nos limitar a cruzar os braços e esperar, negativamente, por Godot.

Eu penso que há algo a fazer. E penso ainda que aos estudantes compete um papel decisivo nessa tarefa, já que, se têm contra si uma certa inexperiência da vida, contam, todavia, com o entusiasmo da sua juventude e com a força pujante dos seus ideais. Aliás, a experiência dos mais velhos só valerá até ao ponto em que desempenhe uma função moderadora em relação à fogosidade dos mais novos; mas quando essa experiência for arvorada em alicerces de barreiras intransponíveis, e passar a ser usada como base de argumentos de autoridade, ela terá perdido toda a sua utilidade e toda a sua riqueza.

Não existe, na massa estudantil, uma consciência da necessidade da separação das Universidades; mas, do mesmo modo, também não existe a ideia de necessidade da sua fusão. Destarte, qualquer diploma legal que hoje viesse decretá-la, viria afinal a ser inquinado dos vícios que se apontam à regulamentação actualmente existente, e que se resumem na sua falta de correspondência com uma infra-estrutura real.

O ambiente académico é de indiferença em relação a tal problema. E sendo assim, o que há a fazer é criar, na massa estudantil, uma ideia de unidade, uma crença na necessidade de fusão das Universidades de Lisboa, competindo esta tarefa aos dirigentes associativos. Criado

que seja este clima, o Direito limitar-se-á, naturalmente, a dar um revestimento ou coloração jurídicas a uma situação de facto que a consciência da comunidade terá criado de antemão.

Evidentemente, um programa destes implica ou pressupõe um novo tipo de Associação Académica.

É, na verdade, chegado o momento de terminar com a «Associação-agência», que se limita a dar descontos, sebtas e almoços, e de criar Associações de Estudantes activas, abertas a todos os sócios e verdadeiramente esclarecidas (e uma Associação Académica só poderá ser tida como esclarecida, não quando os seus dirigentes o forem, mas sim quando a sua massa associativa sentir, como seus, os problemas estudantis universitários).

É preciso acabar, também, com a mentalidade estreita de certos dirigentes associativos, que se respeitam a si próprios (os que trabalham) e desprezam o grande número (os que nada fazem), e substituí-la pela compreensão de que os verdadeiros dirigentes são todos os sócios de uma Associação de Estudantes, de que as Direcções devem arrancar e estar permanentemente em contacto com todos os associados, em todos os momentos da vida associativa.

Quando isto suceder, os encontros entre as várias Associações de Estudantes terão deixado de ser meros encontros de dirigentes e ter-se-ão transformado em verdadeira convivência universitária.

E o que há a fazer, em termos de actuação concreta, é fomentar o maior contacto entre todos os estudantes universitários de Lisboa, e não somente entre os corpos gerentes das Associações Académicas, como é tradicional; é estabelecer entre eles pontos de contacto os mais variados; é mostrar aos estudantes das duas Universidades o muito que os une e o pouco que os separa.

Pouco interessam, nesta base, as melhores reuniões inter-associativas, estilo R.I.A. O que importa é promover actividades que reúnem a grande massa, desde realizações culturais (por exemplo, a recente Semana Cultural Universitária) a festas de convívio (como as que se têm realizado este ano), passando por Colóquios Pedagógicos ou Sociais.

DECRETO

N.º 43599

Em 14 de Abril último, saiu no «Diário do Governo» um decreto regulamentar proveniente do Ministério do Ultramar que criava no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos os graus de licenciado e de doutor.

«Simplex decreto com carácter regularmente mas sem lei que o autorize, e sem a referenda do Ministro da Educação Nacional» (!), vem este diploma pôr em causa o princípio tradicional da autonomia desta. A concessão de graus académicos tem sido sempre, e é-o por lei, um exclusivo das Universidades, e por isso mesmo já o Senado Universitário se pronunciou contra o perigo que poderá resultar da violação de tal princípio.

A Associação Académica de Direito vem igualmente, por sua iniciativa, expressar o seu protesto no interesse da Universidade.

(1) Da moção do Senado Universitário, de 24/4/61

O que importa, é que os estudantes de Direito e os do Instituto Superior Técnico possam descobrir, a partir desses pontos de encontro, que até em matéria pedagógica há muitos aspectos de interesse comum, e portanto, de união.

O que importa, é que, de um convívio entre todos nós, universitários de Lisboa, nasça a consciência da identidade de problemas que, para lá das diferenças providas da especialização dos vários cursos, nos leve a dar-mo-nos as mãos.

O que importa, finalmente, é que na nossa acção tenhamos sempre em vista que a união das Universidades nasce da união dos universitários, e que uma verdadeira união só se consegue quando se respeitam as opiniões alheias, inclusivamente as daqueles que, no caso concreto, defendam de boa-fé a separação actual. Neste sentido, termino com as palavras de um grande físico norte-americano: «o mundo em que vivemos é um mundo no qual já não há desculpa para a ignorância, a insensibilidade, a indiferença. Quando um homem nos expõe uma concepção da vida que não é a nossa, quando ele considera belo o que nós julgamos horrível, podemos, sem dúvida, abandonar a sala, aborrecidos ou fatigados. Mas isso será uma fraqueza e uma cobardia».

JORGE SANTOS

# NOTICIÁRIO

\* Quatro representantes das Associações de Estudantes portuguesas (2 de Lisboa e 2 de Coimbra), deslocaram-se, durante as férias da Páscoa, ao 50.º Congresso da UNEF e ao 13.º Congresso da MNEF. O Secretário da Direcção da A. A. F. D. L. foi escolhido para representar Lisboa.

\* Foi firmado, entre o Centro Industrial do Rio de Janeiro e a Direcção das Faculdades Católicas de Petrópolis, no Brasil, um acordo que cria a Faculdade de Engenharia Industrial na dita cidade, dependente da Universidade Católica do Rio de Janeiro. A nova Faculdade contará um reduzido número de estudantes, só 50, por agora.

\* Numerosos estudantes, professores e membros de outras profissões abandonaram, nas últimas semanas, S. Salvador, a caminho do exílio, a maior parte deles para a Guatemala. Entre eles conta-se o actual Presidente da Associação Geral dos Estudantes Universitários de S. Salvador (AGEUS), Ivo Alvarenga, e o anterior presidente da AGEUS, Mário António Moreira.

\* Como parte de um amplo programa de reforma educacional, que projecta sobretudo a ampliação da duração dos estudos primários obrigatórios até aos 15 anos, o governo da Guiné propõe-se aumentar, no campo da educação superior, o número dos estudantes, de 345 (1960) a 3.000 no ano de 1970. Para a obtenção destes propósitos, firmaram-se uma série de acordos culturais que permitem a um número crescente de estudantes da Guiné, estudar em universidades e institutos superiores do estrangeiro. Projecta-se a fundação de uma Universidade da Guiné para o ano de 1962-63.

\* Uma delegação de dez estudantes suíços partiu, em 2 de Março, para a Palestina, em visita à União dos Estudantes da Palestina (GUPS). Esta visita faz parte de

um acordo de intercâmbio estudantil concluído entre a União Nacional dos Estudantes Suíços e a GUPS, a quando da IX Conferência Internacional dos Estudantes. Durante a sua estadia de dois meses, os estudantes suíços terão oportunidade de conhecer os problemas e dificuldades que têm de enfrentar os seus colegas da Palestina. Em Junho chegará à Suíça uma delegação de estudantes palestinos, para se informar sobre a situação e vida do povo e dos estudantes suíços.

\* O Director de Investigações do Centro Internacional de Desenvolvimento Industrial, do Instituto de Investigação de Stanford, Dr. Eugene Staley, propôs a fundação de uma Universidade das Nações Unidas. A proposta detalhada prevê uma série de centros regionais de instrução nos quais devem estudar, predominantemente, graduados universitários. Nas disciplinas de ciências naturais de uma tal Universidade das Nações Unidas, certamente não haverá opiniões diferentes sobre os problemas a estudar. Mas também se deveriam ensinar Ciências sociais e culturais se os estudantes tivessem a liberdade de apresentar problemas e se os professores de diferentes sistemas económicos tivessem o mesmo tempo livre para expor as suas concepções filosóficas. Deveria prestar-se especial atenção à ciência pura e à aplicada, porque são o melhor fundamento para uma cooperação pacífica e harmónica entre os povos do mundo e o melhor meio de fomentar o desenvolvimento rápido das jovens nações (UN ou Campus, New York).

\* Um aficionado da música, Ershad Ali Bokhari, do Paquistão, com um grupo de amigos de Carachi, tem a intenção de fundar uma Academia de Música Ocidental que seria a primeira na Ásia. Até há pouco, os músicos que tinham estudado no Ocidente, ao voltar ao seu país encontravam-se totalmente isolados.

## I ENCONTRO DA IMPRENSA UNIVERSITÁRIA

«Via Latina», «Briosa», «Estudos do C. A. D. C.», «Boletim da Casa de Estudantes do Império», «Orfeon do Porto», «Comissão Pró-Jornal de Medicina» e, como observador, o «encontro».

Discutiram-se os fins da imprensa universitária em geral e de bem assim questões técnicas e de coordenação. A iniciativa mais importante respeitou à criação dum Secretariado encarregado do estudo das condições de elaboração dum jornal comum e da resolução de problemas comuns. Porque ainda não dispomos do texto das resolu-

ções finalmente aprovadas no Encontro, não o damos por ora à publicação, o que será feito no próximo número.

Nos dias 11 e 12 de Março realizou-se na Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico um «I Encontro da Imprensa Universitária Nacional», que pela primeira vez reuniu à escala nacional representantes de jornais e outras publicações académicas. Estiveram presentes: «Quadrante», «A. L. I. S. T.», «Rodas», «Higen», «Boletim e Revista de Ciências», «Agros», «Boletim do C. C. U. L.»,

## DIA DO ESTUDANTE

Em 18 e 19 de Março, mês fértil em vários acontecimentos, realizou-se o «Dia do Estudante». Importa acentuar o valor da iniciativa no que promete de maior coesão e intimidade dos estudantes do país. Períodicamente reunidos, em discussão livre dos respectivos problemas, fornecendo, generosamente, princípios de solução porventura achados, os vários sectores estudantis dão-se as mãos, símbolos de um interesse que é comum e que convém explicitar.

É certo que uns interpretarão mais agudamente a situação, extraindo receios terríveis e assustadoras conclusões. O tempo, Deus meu, é de desconfiança e lá estão uma, duas, várias vozes e outros fenómenos acústicos para o assinalar com a devida união salvadora. Disso, estamos seguros, vai rezando a história, em capítulo especial, despiendo mas não menos destacado pelo que tem de medicalmente desopilante. As consequências, mais graves, exigem outros contos, uma estância mais severa. Há que supor a alegre ligeireza das folhas diariamente informativas, fazendo as excepções justificadas e honrando-as, um culto vetusto, de bigodes, da língua pátria, extensível às gentis empregadas dos C.T.T., secção telegráfica, os pruridos jurídicos que impõem o art.º 528.º do Código de Processo Civil em cada carta, comunicado ou mero desabafo literário em papel avulso, etc., etc.

Sabe-se, no entanto, o fraco poder dos avisos bem intencionados num tempo de desvario e sucedeu que os de Coimbra, gente casmurra, encheram quatro inesperadas camionetas e, não contentes, insistiram no hábito imoralista e estrangeirado da boleia na estrada. Também do Porto desembocaram estudantes para os colóquios, para o sarau, para o jantar, vencendo a distância e as várias colunas e editoriais dos supra considerados folhetos. Ai se sentiu o esforço congregador do Orfeon Universitário, numa cidade que oferece um movimento associativo tão estiolado.

O resultado foi uma inusitada concentração de estudantes das três Academias portuguesas, em prova bem evidente do espírito de comunhão que os anima. Isto, que se estrutura na mesma linha de êxitos incontestáveis que foram o I Fim de Semana de Convívio, em Coimbra, e a I Semana Cultural Universitária, foi nota original do Dia do Estudante de 1960/61. Até então, o âmbito da festividade denunciara menor projecção.

\* \* \*

O programa foi variado mesmo sofrendo a amputação do cortejo e do baile, por motivo de não autorização superior.

Os dias 16, 17 e 18 foram consumidos pelos Colóquios das Secções Sociais das várias A. A., que decorreram em clima de boa eficiência. Os vários temas propostos distribuíram-se como segue:

Dia 16 — Lares Universitários  
Dia 17 — Transportes e Saúde  
Dia 18 — Métodos de trabalho e

Intercâmbio futuro das Secções Sociais.

A propósito da última questão apareceram duas teses, assinadas, respectivamente, por um estudante de Coimbra e por um de Lisboa. Ressalto, como nota final dos colóquios, a constatação da fraca bagagem da generalidade dos universitários para completa resolução dos problemas sociais; mais se apurou a necessidade de uma frequente auscultação, a escala nacional, da massa estudantil, no sentido de permanente actualização dos esforços e iniciativas idóneos.

Na manhã de domingo, 1.º de Março, o Pavilhão dos Desportos, amavelmente cedido pela C. M. L., acolheu os praticantes de vários desportos que ofereceram a Manhã Desportiva, tempo de ampla boa-vontade, perícia e entusiasmo.

Os dois mil estudantes que, na tarde do mesmo dia, se sentaram nas bancadas da mesma casa, apreciaram o elenco cuidado do Sarau: Orfeon Universitário de Lisboa, Grupo de danças folclóricas da A. A. de Coimbra, Orquestra ligeira do Orfeon de Coimbra, Conjunto de Folclore Angolano, alunos do Conservatório Nacional na peça A gota de mel e alguns estudantes de Coimbra numa tradicional Serenata. O ambiente foi de grande calor e todos os números foram aplaudidos entusiasmadamente. É justo, entretanto, salientar o êxito esmagador dos colegas de Angola, que confirmou o favor que vêm encontrando, a quando das suas já frequentes actuações.

Durante o Sarau, foram entregues os prémios aos vencedores dos Jogos Florais.

À noite, na cantina da A. A. do I. S. T., cerca de 700 estudantes reuniram-se num jantar que, como fecho do Dia do Estudante, foi bastante significativo. Em breves improvisos, muito aplaudidos, os presidentes das A. A. do I. S. T. e de Coimbra e o Vice-Presidente do Orfeon do Porto, foram concordes em frisar o interesse da iniciativa e a necessidade de crescente união dos universitários portugueses, obra de vários e excelentes frutos para o país. O representante do Porto sugeriu a realização do próximo Dia do Estudante naquela cidade, o que se afigurou da mais estrita justiça e vantagem.

\* \* \*

Extrai-se do que ficou escrito o balanço autêntico, contrastado, do Dia do Estudante. Interessa, contudo, acentuar a magnífica capacidade realizadora de que as A. A. deram prova. A soma de esgotante trabalho que se ofereceu no sentido do êxito da comemoração, o cuidado posto nos pormenores condicionadores de todo o processo, a planificação ordenada das manifestações — devem-se a real capacidade dos organismos estudantis, a uma sua especial acuidade para a gestão do que lhes dá respeito imediato.

O Dia do Estudante foi resposta válida a várias espécies de cepticismo.

F. F. G.

# ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA A. A. F. D. L.

Nos dias 9, 10, 11 e 14 de Março, reuniu-se a Assembleia Geral da nossa Associação, em sessão extraordinária convocada pela Direcção, com a seguinte ordem de trabalhos: Discussão e aprovação do Parecer sobre a regulamentação das actividades circum-escolares, elaborado pelas Direcções das Associações de Estudantes.

O tema proposto à apreciação era de molde a motivar o interesse de todos os sócios da A. A. e, assim, o vasto anfiteatro do 1.º ano quase se encheu. Sob a direcção eficiente do Presidente da Mesa, o debate foi, de modo geral produtivo, e possibilitou ampla troca de ideias.

Reproduz-se, a seguir, o extracto da Acta que dá conta da votação das Bases. A consulta do Parecer, publicado no último número do nosso jornal, permitirá útil cotejo.

«Base I — aprovada por aclamação  
«Base II — aprovada por 63 votos contra 47 e 11 abstenções  
«Base III — foi proposta uma emenda à base III, segundo a qual os organismos circum-escolares especializados deverão obrigatoriamente ser chamados a pronunciar-se sobre assuntos que visem os interesses especiais por eles prosseguidos. Esta emenda foi aprovada por 120 votos contra 3 e 1 abstenção. Foi também votada uma proposta tendente a conceder direito de voto aos organismos circum-escolares especializados. Esta proposta foi aprovada por 59 votos contra 53 e 11 abstenções.  
Base IV — Aprovada por unanimidade.  
Base V — aprovada por unanimidade.  
Base VI — A Assembleia devia decidir se aprovava a redacção da base VI conforme consta do Parecer dos Estudantes ou a redacção da mesma base conforme consta do Parecer da Comissão de Direito, redacção esta que fora adoptada por uma proposta enviada para a Mesa e assinada por mais de cinco sócios. Numa 1.ª votação, a base VI do Parecer dos Estudantes foi aprovada por 70 votos contra 69 e 11 abstenções. Pedida a contraprova, esta deu os seguintes resultados: 70 votos a favor, 70 contra e 11 abstenções. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, numa ten-

tativa de conciliação e apaziguamento, pediu à Assembleia que lhe concedesse o direito de decidir. A Assembleia conferiu-lhe esse poder por 92 votos contra 17 e 31 abstenções. A direcção enviou para a mesa uma proposta pedindo à Assembleia que considerasse a eventual decisão do Presidente da Mesa como uma recomendação dirigida à Direcção que esta se esforçaria por que fosse aceite nas reuniões inter-academias. A proposta da Direcção foi aprovada por 77 votos contra 66 e 9 abstenções. O Conselho Fiscal enviou, em seguida, um parecer para a Mesa, considerando anti-estatutária a proposta da Direcção. O Presidente da Mesa da A. Geral votou pela aprovação da redacção da Comissão de Direito.

Base VII — aprovada por 41 votos, contra 1 e 8 abstenções.  
Base VIII — aprovada por 43 votos contra 0 e 8 abstenções.  
Base IX — aprovada por 47 votos contra e 3 10 abstenções.  
Base X — aprovada por 52 votos contra 0 e 10 abstenções.  
Base XI — o parecer dos estudantes foi rejeitado por 59 votos, 4 a favor e 11 abstenções. A emenda seguinte foi aprovada com o carácter de recomendação, por 51 votos a favor, 14 contra e 10 abstenções. «2. Esta aprovação é da competência do Conselho Nacional, ouvido o parecer do Conselho Escolar...»  
Base XII — aprovada por 49 votos a favor, 9 contra e 19 abstenções.  
Base XIII — aprovada por 56 votos a favor, 1 contra e 15 abstenções.  
Base XIV — aprovada por 54 votos a favor, 0 contra e 11 abstenções.  
Base XV — aprovada por 54 votos a favor, 0 contra e 9 abstenções.  
Base XVI — foi rejeitada o parecer dos estudantes por 2 votos a favor, 52 contra e 10 abstenções. Foi

aprovada por 54 votos a favor, 0 contra e 13 abstenções a emenda seguinte: «O Desporto Universitário em Portugal reger-se-á pelo princípio da auto-gestão dos estudantes. Na sua regulamentação ter-se-ão em conta as estruturas já provadas».

Base XVII — O parecer dos estudantes foi rejeitado por 47 votos, 3 a favor e 10 abstenções. Foi aprovada a emenda seguinte por 45 votos a favor, 3 contra e 17 abstenções: «Salvo o disposto em lei especial, os assuntos respeitantes às organizações circum-escolares do ensino superior que devam ser tratados com o Ministro da Educação Nacional, se-lo-ão normalmente por intermédio da direcção da escola ou reitoria respectiva e correm pela Direcção-Geral do Ensino Superior e Belas-Artes».

Base XVIII — aprovada por 61 votos a favor, 0 contra e 5 abstenções.

Base XIX — rejeitada por 41 votos, 9 a favor e 9 abstenções, tendo sido aprovada a proposta seguinte: «Propomos que quanto ao tema desta base seja dada liberdade à Direcção para que, considerando os argumentos aqui expostos num sentido e noutro, possa, na próxima reunião das Associações de Estudantes, defender a melhor solução e a melhor redacção definitiva».

Base XX — Aprovada por 52 votos a favor, 0 contra e 5 abstenções».

Acentue-se, no fim, que a Direcção da nossa A. A. foi das poucas que submeteu o Parecer à análise da Assembleia Geral e isso é, decerto, índice de uma vontade de colaboração e de livre debate de todos os assuntos.

Em reflexo do interesse e importância da atitude, o Presidente da Associação Académica de Coimbra e o Secretário-Geral das Reuniões-Inter-Associações estiveram presentes, tendo o primeiro, na hora prévia, divulgado e comentado alguns aspectos da campanha movida por elementos anónimos, a propósito do I Fim de Semana de Convívio, em Coimbra.

F. F. G.

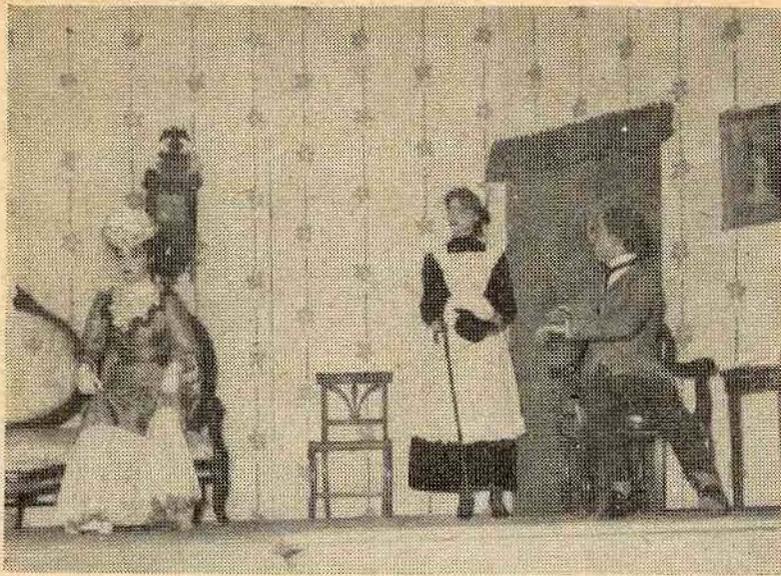
## O GRUPO CÉNICO EM LISBOA E EM COIMBRA

(Continuado da página 16)

um teatro) e obter-se-á a certeza da positividade da tentativa que, mesmo no campo puramente artístico, sugeriu várias conclusões de interesse a propósito de uma poesia verdadeira e no que o simbólico aí colhe, ao mesmo tempo que apresentou a verde Irlanda, pátria obscura e esquecida e atlântica de um Joyce e de um seu secretário Beckett, por exemplo, por intermédio de William Butler Yeats transportando uma personalidade mística e nacional e (por isso) interessante para portugueses, mongóis e americanos.

Falta escrever Maria Fernanda de Azevedo em *Bridget*, José Carlos Santos em *Shawn*, Rebelo de Carvalho em *Maurteen*, Luís de Barros em *Hart*, Maria Antonieta Pereira em *Mary* e Maria Emília Brederode Santos em *Fada*, esta, a quem não faltavam dotes evocadores, maltratada por um guarda-roupa paupérrimo e por visível inabilidade para danças e outros passos delicados (o que foi precipitado por um gravador originalmente espasmódico...). O encenador foi Fernando Midões, cujas qualidades não sofreram contestação por esta prova um pouco infeliz (para que só em parte, como foi dito, contribuiu).

A apresentação de «O Borrão» era agendada com a dose de expectativa que se adivinha. Sabia-se que Augusto Sobral escrevera ainda «D. Sebastião» e «O consultório» e esperava-se algo de actual e vivo da sua juventude e excelente sentido teatral. Quem esteve no Capitólio notou a fidelidade da acção e do que significa àquela primeira impressão imaginada. Notou até Ionesco a perder certo terreno pois Sobral coloca a réplica e conduz o jogo de maneira extremamente hábil, no que se identifica com o romeno, e fica insatisfeito e a querer mais, uma real significação, uma exploração em regiões essenciais do destino humano, uma lógica interna que comande o contraponto, uma transposição dos personagens que os universalize. Aqui uma das grandes virtudes da noite: a comparação permitida e suscitada de dois estilos que partem de processos muito semelhantes e atingem metas distanciadas na intenção. Defenda-se sempre e com ardor a gratuidade do acto criador, a sua total liberação de todas as contingências e pensados compromissos, a sua partida, sem barreiras, para o desconhecido — mas atenção ao fruto que nasce e, se é autêntico, toca a matéria densa de humanidade, essencial, metafísica em último sentido. A história de «O borrão» prende essa necessidade de amor contra todos os artificios e estereis habilidades discursivas, essa urgência do quotidiano valorizado contra todas as presunções e *partis-pris* desumanizados e, por esse caminho, chega a um centro de destino e de interpretação da aventura do homem. Isso foi bem com-



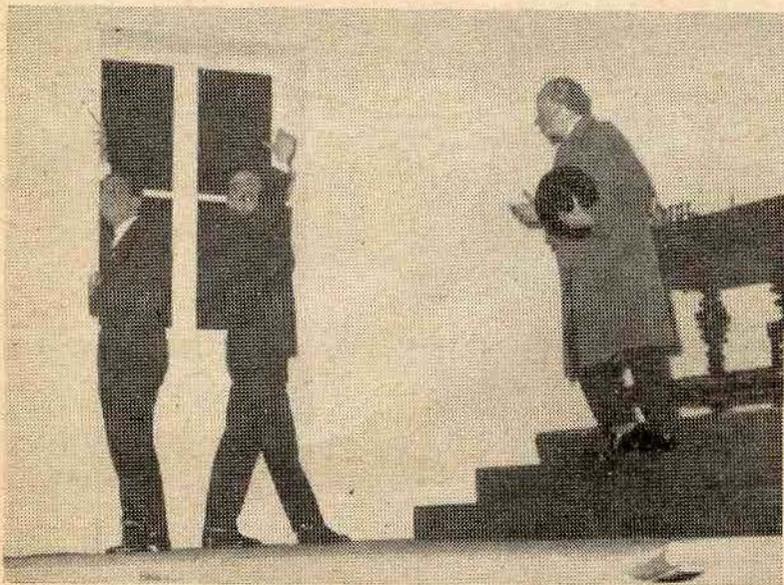
preendido pelo encenador Moraes e Castro e pelos actores, Vasconcelos Viana, em *O conferente*, cujo nível de actuação já é habitualmente meritório, José Carlos Santos, em *O Presidente*, incomensuravelmente melhor do que em Yeats e ajudando à ênfase procurada por V. Viana, tão adequada ao efeito a extrair das palavras e Beça Quintão em *O Velho*, porventura o melhor dos três, perfeito em ínfimos pormenores, dando a necessária nota de humanidade pobre e vulgar perante a declamada pomposidade dos comparsas (em Coimbra, Luís de Lima, ensaiador do C. I. T. A. C., veio cumprimentar Quintão, dizendo-lhe do extremo agrado com que seguira o seu trabalho).

Ionesco, em reposição, fechou o programa, arrastando as elogiosas referências que suscitou em 1960. Vimos «A cantora careca», talvez um pouco mais calva e a outra temperatura, índices do que de efêmero tem este teatro perfeitamente hábil e senhor de todos os truques. Deste pormenor, que já é alguma coisa, querem alguns extrair outras preocupações e «a destruição sistemática da linguagem» (mas como, se é na sua significação inteligível que se apoia todo o diálogo

pitólio» e dizer da vacuidade do seu sumo, puro exercício para treino insensível de corpos teatrais, como Czerny para dedos de pianista. Crítica social? Aceitável mas temos exemplos mais diamantinos e lamenta-se a energia de um relógio a tocar desordenadamente e da deglutição inglesa do Smith Junior a comer papinha, etc., etc., etc. Sabemos, com exagero e até ao bocejo, a estupidéz das convenções, do preconceito rasteiro, da família burguesa.

Que fica, então? Metafísica? «O silêncio do universo» a fechar-se «sobre uma ausência de humanidade?» Leiam-se o Hitchcock dos «Cahiers» e as várias descobertas em moda cineclubista: a semelhança é visível. O que fica, sim, é intuição exacta do fenómeno teatral enquanto técnica e movimento, diálogo precisamente imaginado, textura que lança mão de todos os grandes e eficazes meios, que aproveita todos os flancos.

A interpretação foi magnífica. Maria Clara em *Mrs. Smith*, substituiu Helena Robert, intérprete do ano passado, e debutou com inteiro êxito; apenas nem sempre controlou um temperamento demasiado latino que, por vezes, quebrou a



da «cantora», apenas usando a técnica da incoerência e do insólito nas aproximações?) seria porta para o drama tremendo e fatal da incomunicabilidade do homem só, para uma desumanidade assustadora. Usando outros escritos («As cadeiras», «O rinoceronte») ainda se discutiria o assunto, mesmo pensando na falência das tentativas, há pouco provada, entre nós, a propósito daquela última peça, introduzida no meio por António Pedro. Mas temos de falar na anti-peça do «Ca-

necessária imperturbabilidade britânica. A dicção foi excelente, ajudada por uma evidente segurança no papel. Rebelo de Carvalho, já experimentado, ofereceu um marido (*Mr. Smith*) fleugmático, totalmente integrado no personagem, muito inglês e pausado. Maria Viegas, com jogo fisionómico notável e voz de bela tonalidade, foi *Mrs. Martin* e repetiu a boa performance de 1960. Há que aproveitar as suas qualidades em outros papéis, tirando inteira vantagem da sua ex-

## FOTOGRAFIAS DO GRUPO CÉNICO DURANTE A SUA APRESENTAÇÃO NO «CAPITÓLIO»

periência e domínio do palco. *Mr. Martin*, Vasconcelos Viana, é um caso de vocação para o teatro e a segurança com que se houve em dois papéis um tanto distintos (em «O borrão» e em «A cantora careca») foi índice de fácil adaptação. Os encónios que, a propósito, choveram, em 1960, puderam ser renovados sem reservas. Maria Emília Brederode Santos, a *Criada*, foi estreante no papel, substituindo Gabriela Madeira. Não se mente se se acentuar a melhoria da interpretação — presença mais decidida, certo ar irrevemente que a figura pedia, voz de timbre agudo nos momentos críticos (cena do *penico*, cena do encontro com o bombeiro, recitação do poema), tipo físico adequado ao personagem. A personalidade, que nos pareceu *descontrada*, de Maria Emília Santos, joga melhor com este tipo de papel: os arremedos líricos e as falas esotéricas não são, decididamente, o seu melhor campo. Foi nítida, assim, a subida de nível em relação à desastrada fada irlandesa.

Finalmente, Sérgio Vieira, o novo *Bombeiro* (em substituição de Plácido Barbosa) lutou bem com a extrema dificuldade do papel, o mais complexo de toda a peça, nunca caindo em certo exagero fácil e atraente que a intervenção permitia.

O trabalho de encenador recaiu em Malaquias de Lemos que, ausente, foi substituído, na direcção de ensaios, por Fernando Midões. Este, respeitando o matiz da encenação de M. de Lemos, soube, mercê de extrema dedicação e de paciência infinita, estruturar o conjunto, encaixar bem os vários personagens — tarefa de tão vital importância para o sucesso de uma obra que é decidida e exclusivamente destinada a viver, no palco, a vida de um «puzzle» construído sem hesitações.

Em Coimbra esteve presente o encenador e apontou-se o que isso significa dizendo que Malaquias de Lemos se casara na véspera da apresentação... Regressamos, com este exemplo de amor a uma tarefa e a uma ideia, ao que dissemos no início do escrito quando insistimos no valor formativo que se não deve esquecer ser o cerne do interesse do Grupo Cénico da nossa A. A.

### 2. III Ciclo de Teatro do CITAC

O CITAC é um agrupamento teatral integrado na A. A. de Coimbra; organiza, anualmente, um ciclo de teatro, levando à cidade vários conjuntos cénicos que suscitam, pelo confronto e debate que inspiram, saudável revivência dos valores teatrais na massa universitária. Para este terceiro ciclo, subsidiado pela Fundação Gulbenkian, o CITAC convidou a nossa Associação que, acolhendo francamente a proposta, transmitiu o desejo ao Grupo Cénico. Ficou provada a relativa projecção da nossa cena que pôde emparceirar, por exemplo, com o *Teatro Experimental do Porto*, de tão idónea tradição.

Porque já referimos largamente os pormenores da representação e porque o que se passou em Coimbra, nesse particular, não diferiu sensivelmente, em nível e em êxito, do acontecido na capital, apenas ficará escrito aqui o processo lateral, traduzido numa esplêndida jornada de convivência e de camaradagem.

A legitimidade da atitude adivinhase no que atrás se opinou ser consequência natural e desejável de qualquer actividade académica.

Os componentes do Grupo Cénico permaneceram três dias em Coimbra e, com excepção das horas de indispensáveis ensaios e das noites de representação (20 e 21 de Março), gastaram o tempo em várias actividades que conduziram a um melhor conhecimento do meio e de seus intérpretes. O momento, aliás, por reacção natural, era propício, pois a campanha *Voz (tout court* ou com *pastor*), no auge de suas prosas de quilate duvidoso e de suas lucubrações alucinatórias, a todos indignava e — oh contraproducente consequência! — em todos despertava uma por vezes insuspeitada fibra expansiva, incitadora de convívios e de comunhões. (*Convívio*: s. m. banquete; convivência; camaradagem, Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Francisco Torrinha, Domingos Barreira Editor, Porto, 1945, pág. 327, linhas 44 e 45 do lado esquerdo; *comunhão*, v. ibidem, pág. 305, linhas 49 e 50 do lado esquerdo).

As várias vezes em que os componentes do nosso Grupo tiveram a oportunidade de contactar com elementos do CITAC suscitaram horas de intenso diálogo com evidentes vantagens para desejável troca de ideias e crescente compreensão humana de parte a parte.

Também o TEUC prestou valioso auxílio em técnicos-estudantes que ajudaram a montagem das peças no teatro Avenida. É admirável a organização do citado agrupamento, que atingiu uma pormenorizada especialização nos seus quadros.

As noites de 20 e 21 de Março, no teatro cheio e entusiasta, valeiram como marcos que se devem juntar a tantos que assinalam progressiva aproximação das Academias de Lisboa e de Coimbra. Os mútuos cabotinismos tendem, felizmente, a desaparecer e isso se sentiu na ceia que a República *Bamos ao Bira* ofereceu, a seguir ao espectáculo de 21. O ambiente de esfuizante comunicabilidade e de juvenil alegria, viu a sua virtualidade transmitida, inclusivamente, a alguns pais de raparigas de Lisboa que as acompanharam até à sede da simpática instituição *republicana*.

Reservada, deste modo, a moralidade em perigo e suspirante de alívio a sentinela de certas folhas matutinas, houve discursos e saudações, entrecortados pelo grito da casa e pelo tradicional FRA erguido em abono e em desabono de vários acontecimentos e pretensões académicas.

No dia seguinte, pela manhã, Coimbra passava, a torre da Universidade teimando a sua presença entre duas árvores, mais alta que sucessivos montes e uma certeza nossa em cada peito e nas mãos que tocavam a distância.

F. F. G.

(\*) O Grupo Cénico da A. A. F. D. L. beneficiou de um subsídio da Fundação Gulbenkian, a exemplo do ano passado. Cumpre agradecer, aqui, à benemérita Instituição, que tanto tem contribuído para uma autêntica vida circum-escular.

## GRUPO CÉNICO:

«A TERRA QUE O CORAÇÃO DESEJA», Yeats

«O BORRÃO», Augusto Sobral

«A CANTORA ARECA», Ionesco



## NO «CAPITÓLIO» E NO «AVENIDA» DE COIMBRA (\*)

Um grupo cénico existe para representar, para construir no palco o que ainda é obra inacabada e apenas sugerida. Importa acentuar o lugar-comum e aproveitar a atitude para dizer da obra colectiva que é o teatro, do esforço sincronizado, metódico, que exige. Empresa, portanto, difícil de estruturar, só ao alcance de uma equipa sólida e eficiente e solidária. Daqui se acha o interesse, marginal mas de essência numa Associação Académica, de uma tentativa de teatro. Para além do valor puramente cénico e, depois, de divulgação de uma arte tão atribulada entre nós, para além da transmissão de uma mensagem de cultura que se desentranha do espectáculo que se oferece, se é bem escolhido, importa o que se vai criando por via de uma participação fraterna na obra comum. A vantagem de uma amizade e camaradagem nascidas desse trabalho conjunto, se se nota apenas no círculo restrito dos que erguem a representação — directores, administradores, actores, cenógrafos, encenadores, meros *ajudantes* eventuais — estende-se, por um estranho fenómeno de quase capilaridade, sensível ao menos preconcebido, aos que assistem e aplaudem e criticam. Na noite da estreia, fica patente a anulação da distância entre público e actores, num sentido que pode não ser o ansiado por alguns doutrinares teatrais, enquanto se preocupam com o aspecto *técnico* e mais estritamente *artístico*, mas que interessa, evidentemente, numa iniciativa académica. Interessa em fundamento, diga-se, pois o timbre estudantil, consignado na letra e no espírito de uns Estatutos que, fora do seu aspecto jurídico para quantos, por isso, enfastiantes, representam a consequência estratificada de uma ideia primordial de calor humano, de união, de entendimento, deve presidir a qualquer actividade da Associação Académica, orientando as respectivas coordenadas e intuitos. Uma crítica, num jornal *académico*, de um espectáculo de teatro *académico*, deve, em consequência, adoptar uma tonalidade muito especial e projectar as suas luzes mais sobre o que se conseguiu em reforço do espírito associativo do que sobre o que de válido, em termos depuradamente *teatrais*, se logrou alcançar. Dirão que uma coisa depende da outra, o que pode parecer oportuno e sensato. A concordância admite, todavia, reservas muito veementes se supõe a generosidade da entrega por parte dos responsáveis, a sua dedicação, entusiasmo e inteira boa-vontade. Aí, mais do

que numa encenação rigorosa, mais do que num cenário perfeito, mais do que numa representação convincente, reside o valor, o autêntico, de uma iniciativa do género, o matiz académico, o que, em verdade, se quer amparar e fortalecer. O teatro, muito especialmente, é campo ideal para expansão de tal espírito, e isto não carece de cuidadosa demonstração se se ler o que se escreveu extraíndo daí o que se quis, mais ou menos implicitamente, significar. Aponte-se, ainda, a raiz colectiva da obra, no que favorece a acuidade do sentimento de salutar dependência. Essencial é tanto o dirigente como o apagado *ponto*, o actor mais destacado como o figurante mudo e efémero. A solidariedade, o sentido de recíproca confiança, estendem-se e ordenam a intuição do valor insubstituível de cada um, a necessidade de contar com cada gesto alheio, a entrega da própria conduta e do seu êxito à pontualidade de outrem. Dir-se-ia que se resume o que, de há anos, se vem espalhando às gentes universitárias, por meio dos órgãos das Associações, o que se levanta em todas as iniciativas, da mais genérica (*Dia do Estudante, Semanas Culturais*, etc.) à mais circunscrita (audições de música, exposições, etc.).

Ao longo de uns dilatados meses, houve o ensaio, a movimentação burocrática, a discussão das peças, a conversa e convívio paralelos. Os sacrifícios impostos, de peso, para muitos, saem diluídos no prazer da comunhão vivida e transformam-se em sinais positivos e de valor formativo. Nada se perde e ganha-se muita coisa útil e marcada.

### 1. O ESPECTÁCULO NO «CAPITÓLIO»

No noite de 16 de Março, houve teatro do Grupo Cénico, no «Capitório». A história das peças escolhidas, os *trabalhos preparatórios* que se supõem atrás da decisão, têm interesse bastante para se contarem. Mais uma vez, a exemplo do que aconteceu em 1958 e em 1959, se correu o risco de inutilização do trabalho efectuado. Ingmar Bergmann («Pintura sobre madeira») e Bernardo Santareno («O bailarino») não foram autorizados pelos Serviços de Censura. Os motivos não vêm para aqui e são, por certo, respeitáveis. Apenas deve informar-se o que isso prejudicou o ritmo do trabalho planificado obrigando a revisões tardias e recomenções mais fatigadas. A repercussão foi evidente, sobretudo em «A terra que o coração deseja», substituta



infeliz, como se há-de expor, da magnífica obra do realizador sueco. Repercussões também notada, ainda no respeitante, sobretudo, a Yeats, e noutro aspecto, no trabalho de encenação e dos actores.

Claro que se deve contar com incidentes do estilo: formam parte integrante de um contexto que se coloca em termos de *normalidade*. Mas, por isso mesmo, há que ter presente a circunstância e imputar-lhe parte devida de responsabilidade nos acontecimentos. Felizmente, ainda assim, que a coisa se processou com relativa velocidade, o que permitiu um recomeço de outro modo (perante proibição mais dife-rida) impensável (lembre-se a aventura dos anos 58 e 59, com Beckett e Sastre boicotados, o primeiro, aliás, levado à cena, em seguida, pelo T. N. P., no Trindade (!)).

Adeus Bergmann, adeus Santareno, houve Yeats e Augusto Sobral, na mesma intenção de oferecer um dramaturgo português e uma peça de estrangeiro virgem de nossos palcos.

Já se denunciou a precipitação da escolha de «A terra que o coração deseja», obra a muito títulos difícil. Difícil, em primeiro lugar, porque exige complexo tratamento cénico; difícil ainda pela sua impenetrabilidade por parte de um público desprevenido. Exemplo nítido de teatro que amadores não devem aproveitar (disseram-nos que Yeats escreveu uma versão para principiantes o que, a ser verdade, mais corrobora o nosso ponto de vista), a peça é extremamente avara de *defesas* e, ao contrário, só sai per-

feita com ajuda de um sentido cénico apurado dificilmente atingível mesmo por profissionais. Não se conclua que a referência vai apenas para uma interpretação e uma encenação que se queriam excelentes, pois engloba um conjunto de meios técnicos devidamente controlados por gosto agudo (luzes, guarda-roupa, cenários, música, etc.) que, por penúria compreensível, se não pode encontrar num agrupamento de estudantes cuja acção é balizada por estreitos limites financeiros.

Tudo isto se tornou patente no «Capitório» e manda a verdade que se diga o baixo nível alcançado — encenação pouco convincente, interpretação recitativa quando não francamente violadora do sentido subjacente às palavras, maqueta que restringia a livre viagem do discurso e da acção, exigida por um texto simbolista, guarda-roupa que apagava toda a magia dos personagens (recorde-se a Fada, sobretudo), luz estática, em nada ajudando a sugestão que se pretendia, música cuja possível pertinência se perdeu em vários precalços técnicos...

Redigam-se, entretanto, as palavras do princípio e cite-se a boa vontade exuberantemente demonstrada por todos os intervenientes que, sabemos, apenas puderam ensaiar por espaço de poucas horas no Capitório (e sabe-se quanto exige de rigorosa adaptação a mudança brusca da pequena sala de ensaios para o estrado imenso de

(Continua na pág. 14)